

convergência

DEZ — 1978 — ANO XI — 118



- **O RELIGIOSO DIANTE DO MISTÉRIO DO NATAL**
D. João Evangelista Enaut, OSB — página 587
- **PAPEL PROFÉTICO DOS RELIGIOSOS E ESFORÇO
PELA PROMOÇÃO HUMANA** — Pe. Egidio Vignolo, SDB — página 600
- **E VANGELIZAÇÃO E TESTEMUNHO DE JUSTIÇA**
Pe. Juan Ruiz Casanova, S.J. — página 611

CONVERGÊNCIA

Revista da Conferência
dos Religiosos do Brasil

Diretor-Responsável:

Pe. Décio Batista Teixeira, SDB

Redator-Responsável:

Padre Marcos de Lima

Direção, Redação, Administração:

Rua Alcindo Guanabara, 24 — 4º andar
(ZC-06) — 20.000 RIO DE JANEIRO —
RJ.

Assinaturas para 1977:

Brasil, taxa única (via
terrestre ou aérea)..... Cr\$ 200,00
Exterior: marítima..... US\$ 17,00
 aérea US\$ 25,00
Número avulso Cr\$ 20,00

Os artigos assinados são da respon-
sabilidade pessoal de seus autores.

Composição: Compositora Helvética
Ltda., rua Correia Vasques, 25 — 20.000
Rio de Janeiro — RJ.

Impressão: Oficinas Gráficas da Editora
VOZES Ltda., rua Frei Luis, 100 —
25.600 Petrópolis — RJ.

Nossa Capa:

Estilização de uma BIRUTA, instrumen-
to técnico que indica o movimento
direcional dos ventos nos aeroportos.
Um SÍMBOLO, um COMPROMISSO,
um APELO para **CONVERGÊNCIA**.
SÍMBOLO do que não pode ser: volúvel,
inconstante, sem rumo. Quem varia
com os ventos é leve demais para as
responsabilidades da Vida Religiosa.
COMPROMISSO de fidelidade ao que
sempre tem procurado ser: sensível ao
Espírito, aberta ao que transcende.

APELO: combate à indecisão. Fé diante
das perspectivas que estão se cons-
truindo. Agir com o pé no futuro pois os
caminhos se abrem quando cada um se
põe a caminhar. Pela força e clareza das
idéias que veicula, **CONVERGÊNCIA**
quer ser um exercício mensal de es-
perança na Vida Religiosa renovada.

Registro na Divisão de Censura de
Diversões Públicas do D.P.F. sob o nº
1.714-P.209/73.

SUMÁRIO

EDITORIAL.....	577
INFORME DA CRB.....	579
O RELIGIOSO DIANTE DO MISTÉRIO DO NATAL D. João Evangelista Enout, OSB ..	587
PAPEL PROFÉTICO DOS RELIGIOSOS E ESFORÇO PELA PROMOÇÃO HUMANA Pe. Egídio Viganó, SDB.....	600
NATAL, REFLEXÃO TEOLÓGICA D. Estêvão Bettencourt, OSB.....	614
EVANGELIZAÇÃO, TESTEMUNHO DE JUSTIÇA Pe. Juan Ruiz Gopegui, SJ	624
FILHAS DE SANT'ANA Ir. Savéria de Araújo Dantas.....	636

EDITORIAL

«Eis que vos anuncio uma boa-nova, de grande alegria para todo o povo: hoje na cidade de Davi, nasceu-vos um Salvador, que é Cristo Salvador». Lc 2, 11.

É mais uma vez Natal... O Natal de Jesus Cristo! A Festa dos Corações! A festa dos pobres e dos ricos! O Natal dos crentes e dos homens sem fé.

Todos festejam o Natal, mas nem todos o celebram de maneira igual. No contexto universal, não existe evento tão significativo que se preste a explorações as mais diversificadas como a festa do Natal. Envolve todo um montante de sentimentos, evocações humanas e verdades religiosas de maneira que sua configuração é simbolizada sob diversas representações. Em sua essência, o Natal é uma festa cristã, mas no mundo secularizado de hoje, o sentido religioso está bastante comprometido. Seria um tema de estudo relevante inquirir sobre as idéias e sentimentos que fundamentam essas representações.

O Natal que vamos celebrar é a encarnação de Deus no seio da humanidade. Conforme os textos sagrados que narram o nascimento de Jesus, o Natal acontece realmente onde há a

encarnação do Cristo. Sem a conexão com a fé todas as manifestações de sentimento e a atmosfera do Natal se tornam sentimentalismo. O Cristo veio. Um anjo proclamou o significado profundo do acontecimento: "Eis que vos anuncio uma boa-nova, de grande alegria para todo o povo: hoje na cidade de Davi, nasceu-vos um salvador, que é Cristo Senhor" (Lc 2,11).

Sob o prisma religioso o nascimento de Cristo é a aliança definitiva que Deus numa manifestação de amor selou com o seu povo.

Para o cristão e o religioso o Natal não é apenas um dia, mas é um processo que atualiza através do tempo e das gerações o Reino de Deus, o primado da Salvação. O fato da presença de Cristo que se prolonga através do ministério da Igreja. Tudo isto deve alimentar um fio perene de esperança que alenta a nossa vida, nossa luta, nosso sofrer por algo maior que é encarnar o Reino de Deus: Reino de paz, justiça e amor. Para que cele-

bremos condignamente o Natal, necessário se faz, neste tempo de Advento, através das celebrações litúrgicas, mover-nos a uma preparação séria e renovadora.

Valem aqui as palavras do próprio Cristo: "O tempo está realizado e o Reino de Deus está próximo. Converti-vos e crede no Evangelho" (Mc 1,15). Através deste programa Jesus nos propõe a promessa da presença perene do Reino. Ao mesmo tempo que nos faz duas exigências: conversão contínua e a crença em suas palavras. O assumir desta proposição de Jesus em nossa vida de consagrados é um compromisso indeclinável para que a manifestação de um Deus-comunicação seja fonte de vida em nós e para que a nossa Vida Religiosa seja um sinal de encarnação do Reino de salvação para o povo de Deus.

A expectativa do Natal que vamos viver seja também um motivo de confrontação de nossas vidas com o Cristo que veio salvar e quer continuar a salvação de todos através de nós. É diante dele que neste período de Advento queremos contemplar a dimensão absoluta, definitiva da Redenção. Pois veio e está entre nós, para nos conduzir à glória futura. Veio para estabelecer seu Reino de amor entre nós, superando toda ordem de injustiça e opressão.

Seja a celebração do próximo Natal, um motivo, que nos leve

a conscientização, de que o Reino de Deus, que Cristo veio implantar se mediatiza na busca sincera de união com Deus e de abertura de compromisso e de testemunho para com os irmãos, para que eles possam fazer uma profunda experiência de Deus. Então o Reino de Deus estará no meio dos homens.

Em conseqüência, o Natal não será apenas um dia, mas uma constante, porque haverá mais justiça, fraternidade e paz no mundo que Cristo veio restaurar na totalidade.

Para lhe ajudar a refletir sobre o sentido do nascimento de Cristo seguem, nesta edição, os textos: "O religioso diante do Mistério do Natal", de **Dom João Evangelista Enout, OSB** e "Natal reflexão teológica" de **Dom Estêvão Bettencourt, OSB**.

Ao finalizar a jornada de mais um ano de atividades, **CONVERGÊNCIA** consigna aos leitores, religiosos e religiosas do Brasil, que nos acompanharam e incentivaram, fecundos votos de um **Feliz Natal** e um **Ano Novo** pleno de realizações em favor do Reino pelo qual lutamos e estamos totalmente empenhados.

Expressamos a todos nosso reconhecimento pela atenção, apoio e colaboração. Esperamos contar com você novamente em 1979.

Pe. Celso Sehn, MSF

INFORME

CONFERÊNCIA DOS RELIGIOSOS DO BRASIL

ENCONTRO NACIONAL DE PROMOTORES VOCACIONAIS E FORMADORES

Ir. Carmelita de Freitas, FI

Rio de Janeiro, RJ

De 7 a 11 de setembro reuniram-se no Rio de Janeiro, 50 Promotores Vocacionais e Formadores da primeira etapa, de todas as Regionais da CRB. Estavam representados quase todos os Estados do Brasil.

Frater Adriano Van den Berg, Fraters de Nossa Senhora Mãe da Misericórdia, MG; Ir. Ana Maria Dan, São Vicente de Paulo de Gysegen, MS; Ir. Celestina R. Silva, Missionárias da Imaculada Conceição, BA; Ir. Clara Maria Moreira, Apóstolos do Sagrado Coração de Jesus, SP; Pe. Cláudio Weber, Sagrado Coração, SP; Fr. Daniel Lagni, OFM Cap, MS; Ir. Dinéia Wolney Costa, Escravas do Divino Coração, RJ; Pe. Dionísio Luís Costenaro, MI, RJ; Ir. Dirce Roque de Sousa, FC, RJ; Ir. Dulcinda de Jesus e Silva, Missionárias Capuchinhas, CE; Fr. Edson Luís Campos da Silva, OFM Cap, BA; Pe. Enemésio Ângelo Lázzaris, Oriónita, MG; Ir. Erinita Theresinha Perius, Santa Catarina Virgem Mártir, RS; Ir. Esmeralda Rodrigues de Oliveira, Missionária do Coração Eucarístico, PA; Pe.

Everson de Faria Mello, CSSR, GO; Pe. Franco Dalla Valle, SDB, AM; Pe. Geraldo Bogoni, MI, PR; Ir. Helena Loi, Xavieriana, PA; Ir. Inez Lourdes Bogoni, Instituto Beatíssima Virgem Maria, SP; Ir. Ivanete Azevedo, Adoradoras do Sangue de Cristo, PA; Ir. Jandira Bettoni Franciscana do Apostolado Paroquial, SC; Pe. João Guido H. Santos, Paulino, GO; Irmão José Vieira dos Santos, OFM, AL; Ir. Luíza Maria Reis Silva, Compostrini, RA; Fr. Márcio Alexandre Couto, OP, RJ; Ir. Maria de Lourdes Gascho, Catequistas Franciscanas, SC; Ir. Maria Geraldo Resende, Bom Pastor, SP; Ir. Maria Maurícia, Carmelitas da Divina Providência, MG; Ir. Maria Teresa Pontiggo, Angélicas de São Paulo, DF; Marina Piquet, Benedictinas Missionárias, PE; Ir. Agostinha Vieira de Mello, Benedictina, PB; Ir. Marluce Pontes Pereira, FC, CE; Ir. Marta Maria Assunção, DF; Ir. Nair dos Reis, Missionárias de Jesus Crucificado, GO; Ir. Neiva Conti, Dominicanas da Beata Imelda, SP; Ir. Olívia Zatta, São

José, PR; Ir. Orlândia Rodrigues Alves, FC, CE; Pe. Osmar Augusto Bezutte, SDB, MS; Ir. Roma Sehnem, Divina Providência, RS; Ir. Santana Perin, Imaculado Coração de Maria, RS; Ir. Teresinha dos Santos, FMA, MS; Ir. Teresinha Joana Razera, Salvatorianas, SC; Ir. Vani Alves Moreira, FMA, GO; Pe. Vicente Hernández Castelló, Sagrados Corações, PR.

Participou também dos trabalhos Dom Cláudio Hummes, bispo de Santo André, SP, membro da Comissão Episcopal de Pastoral e responsável pelo setor Vida Religiosa na CNBB.

O objetivo do encontro era a reflexão sobre "o candidato à Vida Religiosa, hoje, confrontado com as grandes tendências que marcam a caminhada da Vida Religiosa, no presente e num futuro próximo", do nosso contexto latino-americano. O primeiro dia foi dedicado à análise da realidade vocacional no país, a partir de uma leitura crítica de dados e experiências provenientes de diversos Regionais.

Foram destacados alguns pontos, percebidos pelo grupo como grandes desafios à promoção vocacional hoje:

"A urgência de uma **conversão** à nova visão de Igreja que nasceu a partir do Vaticano II e de Medellín".

"A necessidade da **abertura**, diante da realidade tão diversificada do nosso país, e diante dos questionamentos do jovem de hoje".

"O fato de os **jovens operários** não optarem, ou optarem raramente pela Vida Religiosa".

"A escassez de vocações dos meios urbanos, relacionada talvez, ao menos

em parte, com as deficiências de nossa ação evangelizadora; com nosso afã de resultados imediatistas, e a carência de uma catequese adequada, conforme as exigências atuais".

"O deslocamento de jovens vocacionados provenientes de áreas rurais, do seu contexto sócio-cultural, para casas de formação inseridas em grandes centros urbanos".

A esta análise da realidade, seguiu-se, no segundo dia, a busca conjunta da tematização dos objetivos gerais e operacionais da Pastoral Vocacional, em função da Vida Religiosa hoje, numa Igreja que está fazendo opções concretas, que a configuram cada vez mais na linha das grandes opções de Medellín. Tudo isto foi interpretado teologicamente no 3º dia, a partir das colocações feitas pelo Fr. Leonardo Boff, sobre os três momentos de Igreja e de Vida Religiosa, que vivemos a partir do Vaticano II.

1) Vida Religiosa e Igreja local: redefinição das estruturas e do Voto de Obediência.

2) Vida Religiosa e sociedade: redefinição da fraternidade e do voto de castidade.

3) Vida Religiosa e sub-mundo dos pobres: redefinição da Missão e do Voto de Pobreza.

Estas três grandes etapas da evolução da Vida Religiosa não são só sucessivas; elas constituem simultaneamente e compõem o quadro vivo do carisma religioso vivido entre grandes tensões e conflitos. Desta realidade brotam os grandes desafios que a Promoção Vocacional e a formação devem enfrentar, para responder adequada-

mente às urgências da atual conjuntura histórico-social.

A Eucaristia final do encontro foi presidida pelo Padre Décio Batista Teixeira, SDB, Presidente da CRB Nacional.

Partindo do objetivo mesmo do encontro, o Pe. Décio deixou aos participantes sua mensagem de estímulo e esperança: "Vocês não vieram aqui para uma conversão simplesmente em termos pessoais; nem tão pouco para a sua atualização cultural apenas; vocês vieram como "multiplicadores", para enriquecer a sua comunidade religiosa, provincial, congregacional, como uma pessoa portadora de maior profundidade e entusiasmo religioso e de um pouco mais de visão: visão da Vida Religiosa renovada na Igreja e no mundo de hoje; visão também de inteligência e coragem para os indispensáveis esforços de renovação no campo vocacional dos Institutos e da Igreja... Tenhamos segura esperança de que não faltarão religiosos(as) à Igreja na medida em que todos nós, que temos a missão especial de animar e promover a Vida Religiosa, assumirmos o compromisso de ser a terra propícia para o aparecimento das vocações, à altura das novas exigências de hoje".

Damos a seguir o texto íntegro das conclusões a que chegou o grupo, no final destes quatro dias de caminhada e de busca, durante os quais foi especialmente sentida a ação do Espírito que nos conduz à unidade e à comunhão, sem suprimir a riqueza da diversidade de contextos e situações.

Estas conclusões devem ser entendidas adequadamente. Trata-se das **constatações** e das **sugestões** a que o gru-

po pôde chegar no espaço breve de quatro dias e no âmbito específico do encontro. Não têm a pretensão de exaurir o tema abordado, nem constituem propriamente diretrizes. São pistas de caminhada para quem busca uma visão renovada de pastoral vocacional e de formação, numa Igreja que se faz nova cada dia, sob a ação do Espírito.

Conclusões

As reflexões do encontro giraram em torno do Candidato à Vida Religiosa hoje, confrontando-o com as grandes tendências que marcam a caminhada da Vida Religiosa no presente e no futuro próximo, na América Latina. O acento maior das reflexões, como se verá, foi colocado na dimensão de serviço. Com isso, não se exclui a dimensão de adoração e gratuidade que a nossa própria opção de Vida Religiosa exige e que inspirou todas nossas considerações. Desejando partilhar com nossos irmãos religiosos a riqueza dessas reflexões, fazemo-lo em forma de constatações e sugestões, conforme seguem.

1. Constatação a Partir da Crescente Percepção das Necessidades do Povo de Deus

Constatando que Vida Religiosa inserida no processo de renovação da Igreja Latino-americana procura responder às atuais necessidades do Povo de Deus através de um serviço mais comprometido, principalmente com os pobres e marginalizados,

Sugerimos:

1.1. Cada Congregação reflita, confronte e reviva sua posição dentro des-

se processo conforme a intuição do seu carisma.

1.2. Cada Congregação empenhe-se em despertar na Comunidade Cristã a consciência de que esta constitui o ambiente propício para despertar, indicar e formar vocações sacerdotais, religiosas e para os novos ministérios.

1.3. Cada Congregação e/ou Província leve em consideração e assuma — na promoção vocacional e na formação — em todas as etapas, a necessidade de conversão ao compromisso com o pobre.

1.4. Cada Congregação, antes de admitir os candidatos, questione-se sobre: **a)** que tipo de candidato responde às exigências de hoje; **b)** para que serviço eclesial o quer enviar; **c)** como inseri-lo na Igreja de hoje; **d)** que consequente formação vai oferecer-lhe; **e)** que possibilidade tem em levar em consideração suas aspirações e tendências.

2. Constatação a Partir da Promoção Vocacional

Constatando que, com freqüência, Congregações ainda visam a promoção vocacional exclusivamente para o próprio Instituto,

Sugerimos:

Que as Congregações se situem na visão de uma Pastoral Vocacional de Conjunto.

3. Constatação a Partir da Formação Para a Missão

Constatando que a proveniência maior dos candidatos é do meio rural, e por motivos práticos os Institutos têm suas

casas de formação nas grandes cidades,

Sugerimos:

3.1. Que os Institutos considerem a conveniência de, na medida do possível, manter os candidatos provenientes destas áreas, na própria realidade, entendida não apenas como local, mas também como situação sócio-econômica, em vista de uma verdadeira inserção no povo que vive, em sua grande maioria, uma condição de pobreza.

3.2. Dada a necessidade de melhor redistribuição dos religiosos e em consonância com a **Evangelii Nuntiandi** proporcione-se aos candidatos uma formação missionária mais conforme às exigências da Igreja, hoje.

4. Constatação a Partir de Novas Experiências Eclesiais

Constatando que no Brasil já há experiências bem fortes e ricas de uma **"Igreja que nasce do povo pelo Espírito de Deus"**, — SEDOC, Vozes, vol. 9. out./1976/95,

Sugerimos:

4.1. Que as Congregações permitam, apoiem e incentivem experiências bem fundamentadas, acompanhadas e revistas para religiosos nestas Igrejas.

4.2. Que a fundamentação seja a partir de uma reflexão séria dos documentos da Igreja, principalmente as encíclicas sociais, os documentos das Conferências Nacionais dos Bispos e dos Religiosos e os documentos da Igreja na América Latina colocados gradativamente desde as primeiras eta-

pas de formação, em função de uma adequada compreensão da realidade.

4.3. Que a formação desde a primeira etapa, seja inserida no meio dos pobres, para que o candidato à luz do Evangelho partilhe de suas vidas e se habitue a afinar sua ótica de análise da realidade, a partir das angústias e esperanças próprias dos pobres.

4.4. Que a CRB, nos seus cursos, como CETESP e outros, continue a ter como preocupação, a visão renovada

da Igreja e Vida Religiosa no seu compromisso explícito com os pobres.

4.5. Em vista da evangelização libertadora, que se enfoque, na pastoral vocacional, uma nova imagem de Vocação Religiosa, na qual o religioso apareça — de acordo com as opções da Igreja Latino-americana — como um sinal de Deus no meio do povo, compartilhando as mesmas angústias e esperanças, a mesma pobreza e os mesmos anseios.

SEGUNDO SEMINÁRIO NACIONAL DE SAÚDE/CRB

Realizou-se no dia 23 a 29 de setembro, no Alto da Boa Vista, Rio, o II Seminário Nacional de Saúde, promovido pela Conferência dos Religiosos do Brasil, sob a coordenação do Grupo de Trabalho de Saúde. O temário proposto levou à reflexão e confrontos sobre o ser religioso e sua missão, no contexto secularizado em que vivemos, buscando harmonia entre ciência, técnica e evangelho.

Participaram representantes dos Estados do Amazonas, Acre, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Pernambuco, Bahia, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso do Norte, São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com um total de 59 participantes de 25 Congregações religiosas femininas e 4 masculinas.

Dia 23/09

a) À tarde recepção e entrosamento com os participantes.

b) 20hs. — Abertura do II Seminário, com a presença de Irmã Helena Ferreira que, em nome da Diretoria da CRB, saudou os participantes e fez apresentação dos membros do GTS: Pe. Julio Munaro, Irmãs: Cecília Bhering, Maria Olímpia M. Nogueira, Filomena Alvim. Foi justificada a ausência da Irmã Eunice Benato por motivo de saúde.

c) Apresentação do programa, horário, objetivos do II Seminário e sua interligação com os temas do I Seminário.

d) Apresentação dos participantes por Regionais.

e) Comunicados práticos, entrega de pastas, orientação sobre liturgia e formação de equipes de trabalho.

Dia 24/09

Dia da Bíblia. Pe. Oswaldo Grenner fez duas colocações sobre o tema: Aspectos bíblico-teológicos em que Jesus se identifica com o que sofre e sua

correlação com a vida religiosa. Trabalhos em grupos para aprofundamento.

Dia 25/09

Como os seguidores de Cristo se identificaram com os que sofrem. Apresentação de quatro fundadores de Congregações religiosas que se dedicam a área da saúde: São João de Deus, Regina Prothmann, São Camilo de Lélis, São Vicente de Paulo.

À noite foi feita apresentação de experiências dos regionais de Manaus e Bahia. Primeira avaliação oral com os participantes.

Dia 26/09

Pe. Geraldo Bogoni. Camiliano e psicólogo. Fez exposição do tema: Psicologia do enfermo e abordagem pastoral. Houve tempo para exercícios de abordagem, reflexão, textos bíblicos e aprofundamento. À noite, feita apresentação de experiências dos regionais do Pará e Maranhão com "slides" e gravação.

Dia 27/09

Apresentação dos temas: O Hospital como Centro de Educação humana, técnica, ética e cristã. Os conferencistas foram: Aspecto humano: Dulce de Oliveira Azevedo. Aspecto técnico: Padre Angelo Pigatto. Aspecto ético: Irmã Marie Ange Robbe. Aspecto cristão: Padre Julio Munaro.

À noite: apresentação de experiências dos Regionais de Belo Horizonte, Mato Grosso do Sul e do Norte, Recife e Goiás. Feita segunda avaliação oral com os participantes.

Dia 28/09

Pe. Valter Pegorer apresentou o seguinte tema: O Religioso e o atendi-

mento do doente na paróquia. Formação de: 1) Agentes de pastoral de saúde. 2) Fraternidade cristã de doentes. 3) Encontro de doentes. 4) Celebração comunitária da União dos Enfermos. 5) Missa dos Enfermos. 6) Visita aos doentes no Hospital e domicílio. 7) Velório — Vida e ressurreição. 8) Semana do Enfermo. Regional de Curitiba já vem realizando há oito anos e RS há dois anos, com ampla divulgação, folhetos, cartazes, etc.

Os participantes do I Seminário do Regional/PR pediram que fosse estudada a possibilidade da Semana do Enfermo ser comemorada em âmbito nacional na mesma época com o mesmo cartaz, a fim de conscientizar a comunidade toda de seu dever de zelar pela saúde e assumir os membros doentes e inválidos.

À noite, narradas experiências pastorais realizadas em Apucarana, PR; Curitiba, Piauí, Acre, Porto Alegre.

Dia 29/09

Apresentadas as recomendações feitas pelos grupos dos regionais. Avaliação, por escrito e oral para quem pediu uso da palavra.

Foi resolvido que o III Seminário Nacional em 1980, seja precedido por Seminários Inter-Regionais no ano 1979, assim agrupados:

1) Acre, Amazonas e Pará. 2) Piauí, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Alagoas, Paraíba, Pernambuco, Sergipe e Bahia. 3) Mato Grosso do Sul e do Norte, Goiás e Distrito Federal. 4) Minas Gerais, Rio e Espírito Santo. 5) São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Recomendações para **encontro** em novembro com as **provinciais**. Para a **reunião das Provinciais**:

◆ Os Regionais estão conscientizados do trabalho do G.T.S.?

◆ Maior atenção das Provinciais para a Pastoral de Saúde e maior apoio às Irmãs da saúde.

◆ Que as Provinciais não tenham pressa em transferir as Irmãs que estão fazendo um bem no trabalho.

◆ Respeitar o carisma das Irmãs e dar apoio financeiro aos trabalhos de inserção.

◆ Formação do pessoal que vai ao trabalho social, tendo um mínimo de conhecimento de saúde.

◆ Estimular outras Irmãs a valorizarem mais as Irmãs da saúde.

◆ Partir para a residência das Irmãs fora dos hospitais.

◆ Substituir as Irmãs por leigos, para que estas vivam uma vida mais humana.

G.T.S. esteve presente durante todo o transcurso do Seminário, auxiliando na execução dos trabalhos conforme planejamento feito durante o ano. No final de cada dia os membros do G. T. S. reuniram-se para avaliação e novos acertos. **Secretaria** funcionou com êxito graças a eficiência e dedicação de Albina C. Santos e Irmã Helena Ferreira, atenta a tudo e a todos.

Outras Considerações

Enquanto no primeiro seminário, realizado em Petrópolis em setembro de 1977, foram abordados temas referentes a novos enfoques de promoção de saú-

de, neste seminário os religiosos voltaram sua atenção para assuntos mais diretamente ligados à vivência da Palavra de Deus no serviço do doente, ao ideal e à vivência dos fundadores e às necessidades humanas e espirituais dos enfermos, tanto internados em hospitais quanto sofrendo a domicílio.

A reflexão sobre a mensagem bíblica no tocante ao sofrimento, à dor e à morte abriu para os participantes do seminário um amplo horizonte para compreender melhor o sentido de sua vida consagrada às pessoas que sofrem. A dor e a morte completam o sofrimento redentor de Cristo tanto para quem os padece quanto para quem se esforça por aliviá-los.

Os fundadores de Congregações religiosas consagradas ao serviço dos doentes deram à Igreja e à humanidade um testemunho de amor cristão levado às últimas conseqüências, voltando sua atenção para as pessoas que enfrentam a hora mais crítica da vida: a doença e a morte. Seu amor foi gratuito e sua doação total. Ofereceram tudo o que eram e tinham. Não desprezaram a ciência nem a técnica, mas as impregnaram de amor, "servindo os doentes como a mãe cuida de seu filho único gravemente enfermo". As circunstâncias de hoje já não são iguais às de seu tempo. A força e a validade de seu ideal permanecem inalterados.

A enfermidade afeta a pessoa como um todo. As reações diante da doença são as mais variadas, conforme a compleição psicológica de cada um ou a situação imediatamente presente. A abordagem pastoral exige sempre novos esforços e criatividade. Ela é a transmissão de uma mensagem, mas

também o encontro com o mensageiro, no qual se dá uma escuta ativa e uma relação dinâmica, uma presença total que faz o enfermo experimentar a vivência concreta do amor, conforme o mandamento de Cristo. Mental e afetivamente caminha com o enfermo para lhe permitir chegar à verdade sobre si mesmo e encontrar uma verdadeira relação com Deus.

O doente hospitalizado não necessita apenas de cuidados terapêuticos, mas aguarda atendimento para todas as suas necessidades globais, tanto de ordem física quanto de ordem psíquica e espiritual. Este atendimento global satisfatório será o resultado de todo o conjunto hospitalar, orientado por uma filosofia de serviço à pessoa como um todo indivisível e não apenas para uma de suas supostas partes. O mundo técnico tende a materializar o homem e, no hospital, acaba gerando conflitos que atormentam o enfermo que percebe que sua parte mais nobre e sensível fica relegada ao esquecimento.

Nota-se no mundo da saúde a existência de uma defasagem entre as ciências biológicas e tecnológicas de um lado e as ciências humanas de outro, entre as quais a ética e a moral, criando a necessidade constante de reflexão e busca na área da saúde. Os problemas neste sentido se avolumam e se agravam a cada dia que passa. A ciência e a técnica marcham com arrojo enquanto que as ciências humanas parecem tatear na escuridão da insegurança.

A formação cristã no hospital não visa apenas o paciente mas também a equipe de saúde e os familiares do

doente. Não se trata de uma formação repetitiva de quanto se ensina nas escolas e paróquias, mas de uma transmissão de mensagem evangélica interpretada a partir da realidade hospitalar, do envolvimento pessoal de cada indivíduo no mistério da dor e da morte para que a palavra de Cristo ilumine tanto o paciente, quanto o servidor e o familiar.

A comunidade paroquial desempenha importante papel na vivência da caridade cristã com o doente e na promoção da saúde em geral. O agente paroquial de pastoral da saúde abre-se em atitude profundamente evangélica com a pessoa que sofre e luta com todas as suas forças para eliminar as causas sociais que diminuem a plenitude de vida de qualquer ser humano. As palavras de Cristo: "Eu vim para que todos tenham a vida e a tenham em abundância" constituem para ele uma exigência de ação prática e abrangente.

Os participantes do seminário relataram experiências pessoais e comunitárias de promoção de saúde e de atendimento de doentes tanto em hospitais quanto a domicílio, destacando sempre as deficiências de recursos humanos e materiais no campo da saúde. Os religiosos com sua atitude evangélica de doação aos irmãos mais necessitados podem contribuir de forma valiosa para diminuir o sofrimento de muitos e despertar em todos a solidariedade humana e cristã no atendimento do doente e na promoção da saúde.

Pelo GTS/CRB/Nacional

Ir. Maria Filomena Alvim

Pe. Júlio Serafim Munaro, MI

O RELIGIOSO DIANTE DO MISTÉRIO DO NATAL

*Um Natal visto à luz da teologia de São João
será necessariamente fecundo
como luz transparente para os dons
de infinita riqueza da vida religiosa consagrada.*

Dom João Evangelista Enout, OSB

Rio de Janeiro, RJ

1. O trato íntimo e continuado com as coisas grandes da vida tem como conseqüência fazer com que, através do costume, não lhes emprestemos seu real valor, sua indiscutível grandeza. Isso acontecerá de maneira tanto mais desproporcional quanto essas coisas grandes sejam realidades cujo mais profundo sentido resida nos valores invisíveis, espirituais, divinos. Assim, a vida religiosa, não somente para quem se acostumou a vê-la, desde sempre à distância, como uma componente normal de um quadro estabelecido, mas mesmo para quem a vive por alguns anos, em grau de intensidade evidentemente diverso, passa a ser encarada como uma vocação entre as outras, com uma relativização de seus valores mais genuínos e de tudo o que eles supõem.

O Religioso, como todo cristão, mas especialmente o Religioso, precisa constantemente recordar consigo mesmo a palavra de Jesus à Samaritana: Ah! se conhecesses o dom de Deus! A Igreja, o magistério, estão sempre empenhados em fazer com que ele se lembre disso. O Concílio Vaticano II, além do Decreto "Perfectae Caritatis", em uma de suas Constituições mais importantes, a "Lumen Gentium" ao tratar da estrutura interna da Igreja fala do Mistério da Igreja (I); do Povo de Deus (II); da constituição hierárquica da Igreja, em especial do Episcopado (III); dos Leigos (IV); da vocação universal à Santidade na Igreja (V); **dos Religiosos** (VI); da índole escatológica da Igreja peregrina e união da mesma com a Igreja celeste (VII) e da Virgem Maria, Mãe de Deus, no mistério de Cristo e da Igreja.

Se nesta Constituição de plano grandioso e exaustivo é preciso que haja um capítulo que se dedique especialmente aos religiosos que não são leigos nem necessária e radicalmente **hierarquia** e que sejam lembrados de que são chamados à santidade pelo caminho muito especial dos “conselhos evangélicos de castidade consagrada a Deus, de pobreza e obediência que se fundamentam nas palavras e nos exemplos do Senhor”, é que estes conselhos **“são um dom de Deus, que a Igreja recebeu do Senhor e com sua graça conserva perpetuamente”** (LG 43). Eis o que não pode ser desvalorizado por uma conservação apenas rotineira, pois são vidas humanas, capazes de um crescimento contínuo, até diria, incapazes de sobreviver na monotonia de uma lacustre continuidade, pois a índole da própria vocação e sua exigência fundamentais são detentoras de um dinamismo de potencialidades ilimitadas, capazes de fazer do homem um ser identificado com a perfeição divina, conforme é dito naquele “Sede perfeitos como o vosso Pai celeste é perfeito” (Mt 5,48).

É essa valorização de consciência do dom divino carregado monotona-mente em vasos frágeis que levava Paulo VI a exclamar na primeira frase de sua notável Exortação Apostólica de 1971: “O testemunho evangélico da vida religiosa manifesta claramente, aos olhos dos homens, **o primado do amor de Deus, com uma força tal, que por ela havemos de dar graças ao Espírito Santo.**” Com toda a simplicidade **queríamos dizer-vos qual a esperança que suscita em nós, bem como em**

todos os Pastores da Igreja, a **generosidade espiritual daqueles — homens e mulheres — que consagram a própria vida ao Senhor, no espírito e na prática dos conselhos evangélicos** (“Evangelica Testificatio”, 1).

O sopesar dessas palavras do Concílio, e do Papa que o punha em prática, dá para avaliar, — não com fórmulas feitas e convencionais — o valor das realidades divinas que são encarnadas na vida religiosa: “**primado excepcionalmente forte do amor de Deus**”.

2. Um não menor esvaziamento rotineiro sofrem os grandes mistérios da Salvação celebrados na Liturgia e em especial, o mistério de Natal. Já nem se fala de um Natal comercializado, essa espécie de Natal de superficialidades, fenômeno de civilização sem assunto que se lança nos temas de uma perene Sabedoria, cheios de magníficos e profundas mensagens que poucos têm a coragem de abraçar e de amar, mas servem apenas de assunto ou de ocasião de comunicação e de promoção de vendas. Mesmo um Natal sério pode ser apenas um Natal a mais, um Natal pacificamente ou mais frequentemente, cansativo, que vale pela boa vontade com que esperamos por ele e com que o celebramos.

Mas Natal, no quadro da celebração litúrgica, que é vida divina inserida na vitalidade humana tem que ser algo de mais profundo, mais dinâmico, mais transparente.

Uma tal problemática se encontrará unida à idêntica problemática da vida religiosa à procura de aprofundamento revitalizante. Nem será preciso que recorramos aos grandes

temas teológico-proféticos dos salmos da liturgia de Natal: os salmos messiânicos como o "Dixit Dominus" (Sl 109), o tesouro escondido, mas riquíssimo do longo salmo da misericórdia e da fidelidade de Deus, quando na descendência de Davi aponta para alguém que chamará Deus de Pai e a quem Deus chamará de filho (Sl 88), os salmos de convite ao Cântico novo; à entrada pelas portas eternas, ao próprio "De profundis" (Sl 129). Como não pretendemos também estender-nos sobre as considerações, aliás, fascinantes da grandiosidade teológica do Prólogo de S. João, em termos de quem vê o Verbo em Deus, o Verbo que é Deus, que tudo criou, sem o qual nada foi feito. O Verbo que é a luz que vem ao mundo, sem que as trevas o queiram receber, que vem para o que é seu, e o que é seu não o quer receber. Esse Verbo eterno é anunciado por uma voz, a voz de um homem, um João, que não é luz, mas que vem para dar testemunho da luz, voz que anuncia o Verbo. Lâmpada que ilumina o sol. O Verbo que se faz carne e habita entre nós, constrói tenda no meio dos homens. Os joelhos se dobram diante desse "Verbum caro factum est". É este o Natal anunciado teologicamente pelo primeiro João e descrito pelo segundo, o jovem, que hauriu verdades divinas diretamente do peito do Senhor, sobre o qual recostou a cabeça de adolescente, de discípulo amado.

Um Natal visto à luz da teologia de S. João será necessariamente fecundo como luz transparente para os dons de infinita riqueza da vida religiosa, consagrada.

3. Mas não será este o objeto de nossa reflexão aqui. Procuremos iniciá-la com o misterioso, o lacônico, o humilde, quase escondido Natal, contado por Mateus, por Lucas, que Marcos silencia.

Mateus inicia seu Evangelho querendo nos revelar **de quem** nasceu Jesus e não hesita em ir até Davi, até Abraão, o que é uma surpreendente ousadia. Daí, parte para uma série de nomes e de gerações, religiosamente citados, passando pelos mais ilustres e pelos mais obscuros, chegando, enfim a um humilde José de quem não se ousa dizer que tenha gerado alguém. Diz-se mais que ele é "O esposo — isto é, o prometido, o noivo — de Maria da qual nasceu Jesus, chamado Cristo" (Mt 1,16).

"A origem de Jesus foi assim":...

Segue-se uma história perturbadora de uma concepção divina; de um grande mistério, seguido de um esclarecimento maravilhoso, afinal, de um simples nascimento com a imposição de um nome, cheio de significação: J e s u s. Há, ainda, histórias complicadas, violentas e pungentes. Há a história de um rei invejoso e assassino, tão poderoso quanto covarde; há a história de magos do Oriente, com presentes; há a viagem de ida e de volta do Egito. Há, em tudo, um clima de silêncio e de paz que deslumbra, atemoriza, mas, sobretudo, confirma na fé aquele casal; especialmente abre um horizonte luminoso para aquele homem simples, José, atormentado, depois deslumbrado pelo mistério.

No meio de tudo, há a fragilidade obscura e a paradoxalmente humil-

de grandeza do menino com Maria, sua mãe, “o menino e a mãe”, “toma o menino e a mãe” (Mt 2,11.13.20).

Guardemos esta figura — a mãe e o menino — que sintetiza fortemente a idéia, a mensagem de Natal, em sua irradiação fecunda na vida religiosa.

Lucas esclarece um pouco mais. “... completaram-se os dias para o parto, e ela deu à luz o seu filho primogênito, envolveu-o em faixas e reclinou-o numa manjedoura, porque não havia lugar para ele” (Lc 2,7) o que costuma ser considerado com surpresa e espanto, na narrativa do nascimento do Filho de Deus, se bem que os homens já devessem estar suficientemente informados de que não faltam regiões neste nosso mundo de hoje, saturado simultaneamente de tecnologia e de fome, onde lugares considerados desabrigados e inadequados a qualquer espécie de acolhida e de pouso, sejam aqueles onde se é gerado, onde se nasce, onde se cresce, onde se vive e se morre. Um tal fato não é considerado, hoje, tão absurdo para a mulher e o filho de um homem qualquer, de um carpinteiro, por exemplo, obrigado à exigência de uma viagem de gente pobre, bem pobre.

Mas foi isso o que Jesus quis ser. Sua mãe e seu pai se submeteram a ser o que tinham sido até então e o que Ele queria que eles fossem.

Lucas nos conta ainda uma história de pastores e de anjos, do nascimento de um “Salvador que é o Cristo — Senhor, na cidade de Davi”. “... Encontrareis um recém-

nascido envolto em faixas e deitado numa manjedoura” (Lc 2,11). Há louvores a Deus que partem de uma multidão, de um exército celeste. São encontrados Maria e José em torno de uma manjedoura sobre a qual está deitado o recém-nascido. Uma alegria interior de profundo silêncio e de paz é o que transborda dessa cena evangélica de Natal, tão simples e despojada, capaz, contudo, de transmitir uma mensagem, uma intuição de tal intensidade, de tal densidade religiosa, de geração em geração, em plena celebração litúrgica ou na simplicidade da piedade popular, liberta de qualquer nota hierática e estética.

Maria se cala e conserva cuidadosamente todos esses acontecimentos e os medita em seu coração. O menino recebe o nome de Jesus, “conforme o chamou o anjo, antes de ser concebido” (Lc 2,21).

Diz-se que o Menino foi colocado para a salvação e perdição de muitos, como sinal de contradição. Louva-se a Deus por causa dele, de quem já se falava há tempos. E o Menino crescia, “tornava-se robusto, enchia-se de sabedoria, e a graça de Deus estava com ele” (Lc 2,39). É o que se sabe do Natal. No mesmo capítulo segundo de Lucas, esta criança vai aparecer, de repente, bem mais crescida, com doze anos completos, declamando, em situação e termos surpreendentes, que se deve ocupar com as coisas de seu Pai, que deve poder ficar na casa de Seu Pai. Mas, como? Se ele tem os **seus pais**. Estes sabem, mas não ousam formular claramente o que isso significa e lhes cala fundo no coração. O menino tem seus pais, mas o Me-

nino tem um Pai, que Ele chamará de Meu Pai, que Ele revelará aos homens como seu enviado, tem um Pai que é o Senhor do céu e da terra, do qual ele saiu e para o qual ele voltará, depois de cumprir-lhe integralmente a vontade, que é aquele Pai Nosso que está nos céus.

Uma necessariamente pobre definição de Natal ou um enfoque, no despojamento evangélico, de um tal mistério, deixa diante de nós aquele quadro tão simples que Mateus, sem a riqueza pictórica de S. Lucas, três vezes nos apresenta quase que com as mesmas palavras: "O menino com Maria sua Mãe."

É este quadro de incomparável simplicidade que nos irá inspirar para uma compreensão crescente da imensa riqueza da vida religiosa, revivescência em Espírito dessas duas figuras: a Virgem e o Menino.

4. O "menino com Maria sua Mãe", síntese de todo o mistério do Natal celebrado numa Liturgia em que seu natural hieratismo não consegue encobrir uma espontânea singularidade, aparece, em meio à *Lumen Gentium* como uma fonte de inspiração da própria vida religiosa: "Os conselhos evangélicos abraçados voluntariamente, segundo a vocação pessoal de cada um, contribuem imenso para a **purificação do coração** e para a **liberdade de espírito**, excitam continuamente o fervor da caridade e, sobretudo... podem aproximar mais o povo cristão do gênero de **vida virginal** e **pobre**, que para si escolheu **Cristo Senhor Nosso** e que a **Virgem sua Mãe** abraçou" (nº 46). Não há como não salientar

que a **pureza de coração**, a grande bem-aventurança da visão de Deus, foi desde a antigüidade da doutrina monástica, considerada como a própria meta da vida de perfeição em sua forma comunitária, purificação vinculada à liberdade de espírito.

O fervor da caridade inspira essa vida de purificação do coração, síntese interior das bem-aventuranças que conduz, por sua vez a um redobrado fervor de caridade e àquela libertação dos pacíficos, àquela liberdade dos filhos de Deus, à bem-aventurança dos filhos. Não que essa libertação supere toda a escravidão do mundo, e do homem a si mesmo e à sua exigência de auto-afirmação quase divina, sem criar uma nova dívida, um global dever, mas essa dívida é a dívida de libertação de que fala S. Paulo quando diz que nada e a ninguém devemos senão ao amor (Rom 13,8ss). Essa libertação não seria verdadeira se fosse paga a preço de uma frustração ou de um abdicar de direitos e valores, mas é uma renúncia que deixa o que deve deixar, por que opta por algo de maior: a vida virginal e pobre que Cristo e sua mãe abraçaram, como diz, acima, o texto da LG.

Maria escolheu a virgindade porque isso lhe foi pedido. Ela não abdicou de sua condição de mulher, de mãe de família e o que mais fosse, ela renunciou a muita coisa porque algo de maior lhe foi colocado diante da vida como objeto de uma escolha profundamente amorosa. A razão dessa opção e dessa conseqüente renúncia foi o filho que lhe foi oferecido. Ela não abdicou de ter muitos filhos e de ter marido no

sentido de um pai para muitos filhos, ela renunciou: deixou uma coisa por outra; deixou o menor pelo maior, o relativo pelo Absoluto, o limitado pelo Infinito, a maternidade natural pela maternidade Virginal do Filho do Deus Vivo.

Há todo um sentido altamente positivo de renúncia, enquanto substituição do menor pelo imenso que deve ser visto no Mistério de Natal quando se fala **em abraçar a vida virginal e pobre**, mistério que tem um sentido de profundidade substancial na vida do religioso, também chamado, no silêncio das inspirações e dos carismas a essa opção de grandeza escondida sob as vestes mais humildes do despojamento quando não de uma aparência de frustração, de inferioridade, de sub-realização. Eis o **risco** que é preciso correr quando se pensa na opção por uma vida religiosa, risco que é preciso encarar de frente em todo um longo período de formação e de provação. Risco, enfim, que é preciso ser abraçado com amor, com indizível carinho e segurança quando o perpassar do tempo vai operando uma paradoxal e surpreendente mudança de enfoques naturalmente muito humanos.

Refiro-me àquele fenômeno que na idade madura poderá eclodir com violência de que o tempo de uma carreira já está quase esgotado, que o tempo de amar na efusão de um sentimento humano, e só seu, está para acabar mas ainda não acabou — quando se terá certeza que acabou? — quando tudo aquilo de menor que foi deixado pelo Absoluto recomeça ou, quem sabe, talvez só

então comece a se agigantar no meio de um caminho aparentemente tranquilo e até prenunciando recantos mais ermos e sombrios, e no entanto, quase de repente passa a reivindicar direitos e situações com audácia até então desconhecida. Eis que terá de continuar vivo e redobrado em perseverança o risco maravilhoso, abraçado um dia e durante anos, com alegria e audácia juvenis, o **risco da vida virginal e pobre**.

Valha aqui aquele sopro do Espírito, o amor sobrenatural e incontrastável, lépido, fogoso, sutil, despreocupado, esquecido de si mesmo, indiferente a situações de segurança, de prestígio e “status” que, um dia impulsionou veemente o coração do religioso; o mesmo Espírito de Natal que soprou quando Maria correu o risco, da anunciação à cruz, de ser a mãe do Salvador, abraçando por causa dele e com ele a **vida virginal e pobre** do Filho de Deus feito homem.

Que força terá tal Espírito quando o religioso começa a ser envolvido — quase sempre de forma muito velada, disfarçada e sutil — por aquela mentalidade de afirmação pessoal naturalista onde a saudade de ser apenas homem, apenas mulher, começa a subir do fundo de um poço interior, com intensidade incontida?

É chegado o momento da violência dos que conquistam o reino, daqueles que ouvem a palavra: “Vossa cidadania está nos céus” (Fil 3,20) e que num momento são capazes de se abrir a este Espírito de Maria no seu risco, em sua renúncia; do Me-

nino em seu risco, em sua humildade, em sua doação, e celebrar, na alegria plena de quem se perde no Amor primeiro, o mistério, a Liturgia da “Mãe com o seu menino”, a Liturgia de Natal.

5. Toda essa liturgia de Natal, celebração de um momento decisivo da História da Salvação, contém uma riqueza teológica escondida, muito ampla e muito complexa, dentro da qual podemos descobrir, certo, o mistério da volta do homem pela obediência, àquele de quem se afastara pela desobediência (1). Lembrar essa realidade de antropologia teológica é lembrar da idéia de S. Paulo, encarando o Cristo como segundo Adão e Maria como a nova Eva. Se o Mistério da obediência em Cristo culmina no Calvário, em Maria, ele já aparece sensivelmente “na aceitação por parte da Mãe predestinada” da vontade do Pai das misericórdias a respeito da Encarnação do Filho (LG 56). É assim que a mulher nova contribui para a vida, quando a outra contribuía para a morte. É assim que a Virgem de Nazaré, ouvindo a saudação do Anjo mandado por Deus que lhe chama “cheia de graças” (Lc 1,28), responde ao mensageiro celeste: “Eis a escrava do Senhor, faça-se em mim segundo a tua palavra” (Lc 1,38). Continuamos a citar a *Lumen Gentium*, num trecho de seu último ca-

pítulo (VIII) dedicado à Virgem Maria, Mãe de Deus:

“Assim Maria, filha de Adão, **consentindo** na palavra divina, tornou-se Mãe de Jesus” — a situação paradoxal é realmente ressaltada — “e abraçando com generosidade e sem pecado algum a **vontade salvífica** de Deus, consagrou-se totalmente, como escrava do Senhor, à pessoa e obra de seu Filho...” “Maria não foi instrumento meramente passivo nas mãos de Deus, mas cooperou na salvação dos homens com **fé livre e com inteira obediência**. Como diz Santo Ireneu, pela **obediência**, Ela tornou-se causa de salvação para si mesma e para todo o gênero humano... O laço da desobediência de Eva foi desfeito pela obediência de Maria; o que a Virgem Eva atou com sua incredulidade, a Virgem Maria desatou-o pela fé” (LG 56).

Não é sem curiosidade que verificamos que a teologia dos Padres nos apresenta como um “desatar”, como um libertar-se, do gênero humano em Jesus e em Maria, aquilo que constitui o principal, porque toca no mais sublime, no mais sublime dos predicados humanos, dos **vínculos** com que o religioso assume sua vocação de seguir os conselhos evangélicos. Será o conselho e, conseqüentemente, o voto que toca mais de perto o âmago do que foi assumido pelo Cristo e pela Virgem.

No Cristo, com violento realismo se apresenta esse “não faço o que eu quero”, “meu alimento é fazer a vontade de meu Pai”, “não a minha mas a vossa vontade seja feita” e se

(1) Ver as primeiras linhas do Prólogo da Regra de São Bento e o que, a respeito, escrevemos em *Notas Monásticas* (Liturgia e Vida, 144, 17-23); em *Raízes institucionais do monaquismo beneditino* e em *Renunciando às próprias vontades*, *ibidem*, 147 e 146.

apresenta, paradoxalmente, como uma bandeira de heroísmo, de libertação, de grandeza e de afirmação de personalidade e de masculinidade, que deixa perplexos e confusos os nossos raquíticos arroubos de autonomia e de auto-afirmação, expressão, no fundo, de cegueira ao dom de Deus, de mesquinhez ante a grandeza da missão, quando numa contestação de insipiência mascarada de valentia, o religioso que, por amor, abraçou tal vocação, deixa de ver, com mil subterfúgios, mais ou menos infantis, o nível de grandeza sobrenatural onde a misericórdia de Deus o colocou por chamado e ele respondeu por profissão.

Na Virgem, essa **obediência**, nome que exprime a mais suave e tranqüila identidade da vontade humana com a vontade divina, apenas essa se faça sentir, por um chamado, por uma vocação, é um dom de Natal ao religioso que vê realizada em si, a exemplo da Virgem, a bem-aventurança dos humildes, dos mansos de coração (Mt 5,4). É o dom que faz ver o invisível da palavra de Deus, da vontade de Deus na palavra, na vontade de um ser humano, sensivelmente expressa. Nem tanto que essa figura humana falível — o superior — exprima necessariamente a vontade de Deus, mas sobretudo, e isso é um grandioso mistério de Obediência, que a vontade de Deus consiste exatamente em que se faça o que aquela pessoa, colocada na pessoa de “quem faz as vezes de Cristo no Mosteiro” **exprime como vontade de Deus.**

O mistério das provações divinas desafiará sempre os sentimentos humanos para dizer-lhe, porque o Cris-

to deve morrer e Maria deve sofrer, como desafiará o raciocínio naturalista do religioso que se esquece de que o amor com que Deus o ama está muito menos interessado nas coisas sensatas e “inteligentes” que ele faz, seguindo seus próprios pareceres — que ele sempre achará os mais lúcidos e esclarecidos — do que **nele mesmo**, na pessoa dele, que se deixa arrebatado por “um louco amor” seguindo — olhos fechados para a luz do candeeiro, mas abertos para a luz fulgurante do sol de justiça — para um encontro transfigurante de ressurreição, que passa necessariamente pelo absurdo e pela loucura da cruz.

6. A obediência de que falamos, supõe necessariamente a escuta da Palavra, a própria etimologia da palavra — “ob-audire” já o indica claramente, como é sabido.

Uma palavra de Jesus, dentro de um quadro em que Maria está indiretamente incluída, nô-lo indica com eloqüência. Trata-se de Lucas 11,27: “Enquanto ele assim falava...” — Mas, que falava Ele? — Dava uma lição muito importante para aqueles que se engajam na vida religiosa. Permita-nos o leitor esta digressão mais dilatada: “Quando o espírito imundo sai do homem, perambula em lugares áridos, procurando repouso, mas não o encontrando, diz: “Voltarei para minha casa, de onde saí.” Chegando lá, encontra-a varrida e arrumada. Diante disso, vai e toma outros sete espíritos piores do que ele, os quais vêm habitar aí. E com isso a condição final daquele torna-se pior do que antes” (Lc 11,24-26). Era isso que Jesus estava falando.

Não seria difícil uma exegese um tanto livre, encontrando ressonâncias naqueles que se purificam, varrem e arrumam sua casa, abraçando com zelo a vida dos conselhos. O próprio zelo da limpeza bem cumprida pelo ato generoso parece garantir uma certa posição adquirida de tranqüilidade imperturbável. Mas é exatamente essa "paz" instalada em casa limpa que atrai o espírito imundo com mais sete espíritos — a soberba, a vaidade, a auto-suficiência, o farisaísmo, o desprezo pelos outros — com a totalidade daqueles que encontram ampla e morna moradia, onde não arde a incandescência de luta e de fervor da Caridade que é suscitada pela Palavra de fogo que é o Verbo. Enquanto ele assim falava, certa mulher levantou a voz em meio à multidão e disse-lhe: "Felizes as entranhas que te trouxeram e os seios que te amamentaram!" Um natural elogio, bem concreto e realista à predestinada mãe de um tal sábio, de um tal profeta. "Ele, porém, respondeu: "Felizes, antes, os que ouvem a palavra de Deus e a põem em prática" (Lc 11,27s).

Ninguém mais do que Maria o fez. A retificação de Jesus é sobretudo a retificação do elogio a Maria. Se ela é grande e feliz por ser sua mãe, por tê-lo trazido ao ventre e amamentado, ela só é sua mãe porque **ouviu** (ob-audire-obedeceu) a Palavra de Deus e a pôs em prática. A correção do elogio por Jesus, ou melhor, a demonstração de sua real e ampla dimensão tem, sobretudo, o alcance imenso de mostrar que na figura e na grandeza de Maria ao ouvir a Palavra, está um campo

aberto para todos aqueles que procuram essa "bem-aventurança" proclamada por aquela mulher anônima na multidão.

O mistério de Natal é expressão dessa bem-aventurança de ouvir e dar realidade à Palavra, ao Verbo que se faz carne. É obra impreterível e cotidiana da vida religiosa que transforma uma jurídica e episódica obediência num constante abrir-se à escuta da Palavra que enche e povoa de vida, de encanto, de força, de luta, de gloriosas conquistas, da alegria constante da doação e da caridade vivida e vitalizada, uma casa varrida e purificada por um zelo inicial de doação.

Longe de um desprezo à natureza, o elogio do Espírito que é maior, abre uma nova dimensão na vida religiosa que se poderá fartamente inspirar na natureza elevada e transfigurada no Mistério de Natal, o mais natural e o mais sobrenatural dos mistérios, expresso na figura do "Menino e sua Mãe".

7. A figura do menino não será menos fértil para fazer do Natal, em sua celebração, uma ponte de renovadora inspiração para a vida religiosa. Sem qualquer posicionamento romântico tão piedosamente explorado — e não sem exageros — por uma religiosidade acentuadamente popular, com riscos de sentimentalismo naturalista de um Jesus menino, recém-nascido, pobrezinho e com frio, envolvido com escassos panos na manjedoura, a figura de infância que nos atrai é bem mais aquela certamente vivida por Jesus, totalmente entregue aos cuidados de Maria e José, mas sobretudo a in-

fância no espírito que ela encarna segundo o ensinamento de Jesus-homem que chama a si a criança.

O espírito de infância que Jesus nos apresenta como uma exigência do Reino, da indispensável conversão — a “metánoia” e da vida religiosa — e que ele mesmo viveu no seu Natal, na sua infância, é-nos apresentado pelo Evangelista São Marcos em dois lugares bem distintos e sob dois aspectos bem diversos.

No trecho de Marcos 10, 2-16 depois de se tratar do discutido problema do repúdio da mulher e de um novo casamento que seria segundo a palavra de Jesus, um adultério, é no fim deste trecho que aparece, um tanto inesperadamente a figura da criança:

“Traziam-lhe crianças para que as tocasse, mas os discípulos as repreendiam. Vendo isso, Jesus ficou indignado e disse: “Deixai as crianças virem a mim. Não as impeçais, pois delas é o Reino de Deus. Em verdade vos digo: aquele que não receber o Reino de Deus como uma criança, não entrará nele.” Então, abraçando-as, abençoou-as, impondo as mãos sobre elas” (Mc 10, 13-16).

A afirmação fundamental e que se tornou clássica a ponto de ser imediatamente lembrada quando se fala em criança, num contexto evangélico, é a do deixar vir as crianças, pois elas representam uma espécie de protótipo daqueles que entrarão no Reino de Deus: “delas é o Reino de Deus”. Segue-se, no trecho, sua formulação mais nítida e decisi-

va: a necessidade de receber, o que significará, de encarar, de conceber o Reino como criança, para que nele se possa entrar como condição absoluta e imprescindível. A dificuldade toda está em focalizar com alguma precisão aquilo que caracteriza um tal espírito de infância diante do Reino de Deus.

A inocência, a candura infantis nem sempre poderão ser consideradas como verdadeiras qualidades a não ser exatamente na medida em que uma tal inocência e pureza de coração não são mais simplesmente infantis, mas aquisições do amor à bondade e à própria verdade de Deus. Se olharmos para o exemplo de Jesus, veremos que Ele acolhe o Reino de Deus com a mesma disponibilidade de submissão de sua vontade à vontade do Pai, que passa a ser seu constante alimento, tanto na mangedoura como na cruz, tanto em sua vida de criança como na sua vida de adulto, em plena afirmação de sua missão, de sua encarnação para oferecer ao Pai sua vida humana, como sacrifício de reconciliação. Nessa disponibilidade fundamental encontraremos, sem dúvida, uma pista para a formulação do “ser criança” diante do Reino de Deus. E não há como fugir, naquele que abraça os conselhos evangélicos, a essa figura que procura e recebe o Reino no despojamento e na alegria da criança.

A criança é aquela que se entrega, é aquela que confia nos pais, é aquela que se confia a eles. Sabendo que nada pode, tem sua força na entrega à salvação que lhe é dada, confiada gratuitamente no amor paterno. O adulto faz seu pro-

grama, organiza seus planos, reivindica seus direitos, está convicto que sabe e afirma que sabe o segredo de sua felicidade, luta por ela, é capaz de colocar todo o resto, inclusive o próprio Deus, abaixo de seu plano de felicidade. Esse espírito de velhice será uma tentação para o adulto, mesmo Religioso.

A própria criança já revela em certos momentos de seu comportamento esta tendência de afirmação teimosa, esperneante e gritante, violenta tantas vezes, mas ela se distrai com surpreendente facilidade, pois seu coração não está preso ao seu reino de felicidade, ela está realmente entregue ao plano paterno com a sujeição que no adulto, marcado pelo espírito de infância, é santidade, é virtude.

A criança é despojada e pobre. Ela não tem nada de seu, ela tudo recebe, nem pode imaginar que as coisas lhe falem. Sentindo quando elas faltam, porque, afinal, é impossível não sentir, ela não tem o senso tão dolorosamente adulto da inquietação pelo que possa vir a faltar, mesmo quando ainda se está repleto do que no presente não faltou.

Haverá também assim, no santo, a estranha e misteriosa segurança pelo Reino que vem, porque já está vindo, porque há um Pai que é o Senhor do Reino, sendo que, no adulto que é envolvido pela Esperança do Reino, o espírito de serenidade, de confiança infantil não desconhece a força da iniquidade nem a fragilidade das resistências humanas ao apelo constante para a negação e para o nada. A criança é o ser hu-

mano que exerce exemplarmente a pobreza. Se ela estende as mãos para tudo, mesmo para o que é das outras crianças, será porque algo lhe diz que nada é de ninguém, uma espécie de ingênua e infantil versão do "tudo é vosso" paulino. Seria, enfim a própria volta ao Reino que a **vocação virginal e pobre** quer instalar no coração de um ser consagrado, em plena avidez e inquietação do mundo.

O espírito da infância constituirá uma síntese do espírito das bem-aventuranças e é com este espírito que se recebe o Reino de Deus. A criança é, ainda, aquele ser que, aos poucos, vai abrindo os olhos para uma infinda realidade, sempre maior e mais deslumbrante, de recursos e dimensões insuspeitados. A criança procura, pergunta, recebe e quer mais, com o ar de quem, a cada momento, já tem tudo que se possa ter, e ainda está por tudo conhecer, por possuir interiormente tudo, numa medida que é fundamentalmente sem medida.

Assim, os que se fazem como criança diante do Reino que está vindo, segredo do testemunho escatológico da vida Religiosa.

Diante dessa imensa grandeza, receber o Reino como criança, é recebê-lo no despojamento e na pobreza de quem já começa a sentir a precariedade das coisas que não são do Reino, coisas caducas, envelhecidas ao nascer, decepcionantes e fugazes, não obstante sua fulgurante atração à sensibilidade dos olhos carnaís.

Na perspectiva da proximidade desse Reino incomparável — São Paulo dirá que o tempo é breve — se entende o carisma de um abraçar integral desse Reino, a ponto de se chegar a um despojamento das próprias destinações imanentes do homem: casar-se, gerar filhos, ter uma profissão rendosa, ter bens, etc. Em Mateus, o trecho que fala do receber o Reino como uma criança (19,13ss) vem imediatamente precedido da palavra do Cristo sobre o carisma da compreensão e do abraçar a castidade perfeita por causa do Reino dos céus e não por qualquer motivo humano; e imediatamente seguido pelo diálogo com o jovem rico a quem Jesus apresenta o chamado a uma tal opção.

É este o espírito de Natal, como de toda a vida do Filho que, nesse sentido, é expressão do espírito de infância. Esta a grande e fundamental vocação do cristão, do Religioso, a caminho do Reino e em cuja caminhada é chamado a exercer amplamente todas as suas capacidades humanas em pleno desenvolvimento adulto, mas envolvido no espírito de filiação que é a síntese das virtudes cristãs, sobrenaturais, vivenciadas no cotidiano de uma existência que cresce sempre mais na perfeição do Pai. O contrário disso, a negação do espírito de infância, é o falso espírito de autonomia, de quem se faz o seu próprio deus, o seu próprio absoluto, sua própria salvação. “Sereis como deuses” diz a serpente aos primeiros pais. É o pecado original repetido e continuado que se torna o mais comum, o menos original dos pecados, o mais abusivamente adulto. “Aquele que

não receber o Reino de Deus como uma criança, não entrará nele” (Mc 10,15).

É a falta do espírito de infância que está na origem de cada pecado.

Se terá sido fecunda a procura de uma compreensão no sentido do **fazer-se criança** para “entrar no Reino dos céus”, surge no Evangelho um novo enfoque a ser dado a esta “teologia da criança”. É Marcos, como já dissemos, quem nos oferece límpida e bem distinta esta outra referência à criança que somos levados a confundir com a anterior já que os dois outros sinóticos tratam as duas referências no mesmo trecho (Mt 18,1-6; Lc 9, 46-48).

Marcos não admite proximidade de duas colocações tão diferentes ainda que em torno de um mesmo conceito: a criança.

“E, chegaram a Cafarnaum. Em casa, Ele lhes perguntou: “Sobre o que discutíeis no caminho?”. . . Ficaram em silêncio, porque pelo caminho vinham discutindo sobre qual era o maior. Então Ele, sentando-se, chamou os Doze e disse: “Se alguém quiser ser o primeiro, seja o último e aquele que serve a todos.” Tomou uma criança, colocou-a no meio deles e, pegando-a nos braços, disse-lhes: Aquele que receber uma destas crianças por causa do meu nome, a mim recebe; e aquele que me recebe, não é a mim que recebe, mas sim àquele que me enviou” (Mc 9, 33-37).

A distinção é clara. Não se trata aqui de **fazer-se** como criança, mas de **receber**, de **acolher** uma criança,

de servir a uma criança por causa de Cristo. Naturalmente falando, já dá para compreender que o receber e servir a criança inclui duas características bem destacadas: dedicação total e humildade, obscuridade completa de quem serve. Quem assume tal serviço **em nome do Cristo**, serve a Ele e não a Ele só, mas ao próprio Pai que o enviou, quer dizer, já está no domínio do Reino.

É curioso notar o contexto em que tudo isso foi dito: Jesus caminhando através da Galiléia e anunciando, pela segunda vez, aos discípulos, sua paixão, seus sofrimentos, a morte, mas também a ressurreição. Os discípulos não entendem nada e têm medo de interrogá-lo (Mc 9,30-32). Ficam em silêncio porque, enquanto isso era anunciado, eles discutiam sobre quem era o maior (v. 34). Ora, o maior, o primeiro é o que se faz último, o menor, o que serve todos.

Entra então em cena a criança como a que é servida, totalmente, integralmente, como se faria quando se serve o Cristo, quando se serve o Pai. Acontece que o Cristo é o que serve o Pai totalmente, é o que serve os seus irmãos como a recém-nascidos ou aos que estão para nascer para o Reino dos céus.

Ele os serve como o último servo, como o Rei, o Deus, que toma a condição de escravo, quando nasce para o mundo, quando vive no meio dos homens como o servo de Javé, como aquele que carrega os pecados dos homens, como aquele que lhes serve a mesa, que lhes lava os pés, serviço voluntário de escravo, como aquele que morre na cruz. Ele serve os leprosos, os coxos, os cegos, os paralíticos, os que Ele ressuscita, os publicanos, os samaritanos, as pecadoras, as adúlteras, os ricos e os pobres, os bons israelitas e até mesmo os escribas e fariseus, os doutores da lei, que por acaso encontrem um pouco do espírito de infância.

Natal é, no mundo, o início da Salvação, a semente de um espírito que Jesus santificou e deu força de Salvação, o espírito de servir a uma criança, ao menor de todos, o espírito de fazer-se como criança diante das promessas do Reino.

Que poderá encontrar o Religioso de mais inspirador para seu encaminhar-se lento e humilde para o Reino que a celebração e a adoração no mistério da noite santa deste "Puer natus est nobis, et filius datus est nobis"? Desta "Mãe com o Menino"?

PAPEL PROFÉTICO DO RELIGIOSO E ESFORÇO PELA PROMOÇÃO HUMANA

*O profeta é antes de mais nada um homem de Deus,
com uma relação pessoal e íntima com o Pai.*

*O Pai o escolheu e seduziu. É também
um mensageiro de Deus para os homens.*

Desempenha

função mediadora e de intercessão junto a Deus.

Pe. Egídio Viganó, SDB

Roma, Itália

Pretendemos dar ao tema um **enfoque positivo**: quereríamos que daí resultasse um apelo para colaborar numa hora intensa de busca. O presente tema deseja estimular a aprofundar e a delinear com precisão o que o Senhor pede aos Religiosos no mundo de hoje; e a fazer uma consideração sobre qual deveria ser o projeto de testemunho que eles devem dar, bem além de uma simples preocupação disciplinar a respeito

do que pudesse ser **“permitido”** ou **“proibido”**.

Com esta finalidade, partiremos da vocação religiosa considerada não como um **“privilégio”** de alguns chamados, mas, antes, como um **“direito” dos seus destinatários**, esforçando-nos para distinguir aquilo de que o mundo hoje tem necessidade, e que ajuda espera ele dos Religiosos como tais.

1. PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA POLIS

Vemos que os povos estão em busca de um novo modelo de sociedade. São numerosos e urgentes os sintomas de **uma profunda transição**

sócio-política, perceptível nos valores emergentes dos sinais dos tempos e na forte crise das estruturas e da cultura.

Em meio a semelhante transição, impregnada de tantos esforços de pesquisa, a dimensão sócio-política surge como **valor praticamente central para todos**: “A escolha política adquire — diz o Episcopado francês — **uma amplitude imensa: como fazer para imaginar novas formas de vida social? Que tipo de sociedade querem os homens e as mulheres para o fim do século XX e para o século seguinte? Enfim, a política hoje se situa quase ao nível dos fins últimos**” (Política, Igreja e Fé” — 1972).

Não é de admirar, portanto, que a dimensão sócio-política atinja intimamente **também a esfera religiosa** com um acento tão característico, que não se pode tratar nem de uma nem de outra sem considerá-las em correlação mútua.

Eis por que o papel profético dos Religiosos assume uma importância própria no esforço em favor da pro-

moção humana. Podemos indicar **alguns motivos** disto:

◆ Primeiramente, o próprio Deus interpela os Religiosos através dos sinais dos tempos, convidando-os a uma releitura da Revelação como mensagem para a transição atual.

◆ Depois, Cristo, que se fez presente no próximo, propõe energeticamente aos Religiosos as necessidades dos humildes e dos pobres de hoje.

◆ O Evangelho envolve em seu compromisso todos os cristãos, e particularmente os Religiosos, incentivando-os a conhecer, a denunciar e a combater o pecado em todas as suas raízes e conseqüências.

◆ Finalmente, a Igreja, por meio de seus Pastores, exorta todos os crentes a melhorarem certas atitudes evangélicas mediante uma fé mais encarnada na vida e intensamente sensível aos valores sociais de justiça e de paz.

2. A PROFECIA CRISTÃ É REALISTA, PERMANENTE E PASCAL

Falar de “**papel profético**” sem precisar melhor qual o seu âmbito pode tornar-se em si ambíguo, sobretudo quando se insiste numa determinada distinção entre “**profecia**” e “**instituição**”. Para resguardar o sentido em que pretendemos usar aqui o termo “**profecia**”, descreveremos brevemente alguns aspectos desta.

A “**profecia cristã**” consiste na participação da missão de Cristo, Palavra do Pai, e em anunciar o projeto de Deus aos homens.

O “**profeta**” é, antes de mais nada, **um homem de Deus**, com uma relação pessoal e íntima com o Pai que o escolheu e “**seduziu**”.

É, além disso, **um mensageiro de Deus para os homens**, com uma missão especial para destinatários concretos.

Depois, ele desempenha **uma função mediadora** não só de anúncio (de Deus ao homem), mas também de intercessão (do homem junto a Deus).

O profeta verdadeiro e definitivo da Nova Aliança é Jesus Cristo, com a sua existência, com a sua conduta e com a sua palavra.

A linguagem do profeta é realista: não é feita somente de palavras, mas implica todo um gênero de existência que se traduz em testemunho de valores revelados ou iluminados por Deus.

Seu anúncio é vigoroso e eficaz, feito não de modo intelectualista, como exposição da verdade e de máximas teóricas, desligadas do tempo e da história, porém sob a forma de advertência e de mensagem inseridas ao vivo nos acontecimentos, com a perspectiva de transformá-los.

Ele supõe um modo de pensar acentuadamente histórico, sempre em relação com o presente para o seu crescimento no futuro, e com suas raízes no passado.

A profecia cristã deve funcionar **de forma permanente** na história. O mundo tem dela necessidade constante porque está sempre, de fato, ligado a situações de injustiça e de desprezo dos valores para cuja genuinidade há necessidade histórica do Evangelho: **“Pensemos um instante nos vários Estados que existem neste momento sobre a terra, pensemos nos regimes de governo dos séculos passados: quem pode, porventura, prometer messianicamente a algum povo que haja uma ciência que possa resolver finalmente esse problema, e que tenha aparecido um método eficaz para fazer política com plena justiça?”** (D. L. Ricceri, circular de 1976).

O profeta cristão nunca pode canonizar um sistema político; ele percebe a presença de injustiças em todo sistema, porque conhece a fundo a frágil condição do coração humano. Em qualquer tempo, pois, e em todo sistema há necessidade de profecia; e tanto mais numa hora de transição social.

Por outro lado, julgando todas as situações a partir do evento central da **Páscoa do Senhor**, o profeta sabe que, com a ressurreição, o futuro absoluto (que é definitivo) fez a sua irrupção no tempo revolucionando o presente. Ninguém mais tem o direito de deixar-se enganar por utopias humanas como se fossem resolutivas, ou por messianismos temporais que, pertencendo ao tempo, são provisórios.

Esta visão pascal, porém, ao mesmo tempo que traz consigo uma força crítica sobre o presente ao **relativizá-lo**, empenha-se também em **transformá-lo**; com efeito, entre a ressurreição e a vida mortal, entre o futuro absoluto e a história, entre o definitivo e o provisório, não há uma cisão de descontinuidade, mas um verdadeiro crescimento. A parusia do Senhor, sim, supõe um salto qualitativo em muitas coisas, e chega a tornar caducas até a fé e a esperança, embora conservando e plenificando a **caridade**. Na medida em que o cristão constrói a Polis no amor, ele coloca algo de definitivo no crescimento humano. Ainda que o Reino de Deus nunca se identifique com um Estado, ele não é uma realidade só para o fim dos tempos, apesar de começar e de se desenvolver já na história: **“A própria mis-**

são que Cristo confiou à sua Igreja não é de ordem política. De fato, o fim que ele lhe apontou é de ordem religiosa. E é justamente desta mis-

são religiosa que brotam os deveres, a luz e as forças, que podem contribuir para consolidar a comunidade dos homens segundo a lei divina" (GS 42).

3. O PAPEL DOS RELIGIOSOS, NA IGREJA, É UM SUBSÍDIO PROFÉTICO

A Igreja, Povo de Deus, continua na história a missão profética de Cristo (LG 12); nela todos — Pastores, Leigos e Religiosos — participam da sua profecia, constituindo juntos uma comunidade profética.

Nessa comunhão eclesial a vocação religiosa apresenta-se como um complemento de profecia, especializado mas colocado em relação com o todo.

O Concílio garante-nos que:

- se, na Igreja, "os membros da Ordem sagrada são destinados primordial e especificamente ao sacro ministério" (LG 31),

- e, se "é próprio dos Leigos buscar o Reino de Deus cuidando das coisas temporais e ordenando-as de acordo com Deus" (LG 31); particularmente: se "o apostolado do ambiente social, isto é, o compromisso de impregnar de espírito cristão a mentalidade e os costumes, as leis e as estruturas da comunidade em que cada um vive, constitui um dever e uma obrigação peculiares aos Leigos e que jamais poderão ser adequadamente cumpridos pelos outros" (AA 13),

- os Religiosos, ao invés, "através de seu estado, testemunham de modo esplêndido e singular que o

mundo não pode ser transfigurado e oferecido a Deus sem o espírito das bem-aventuranças" (LG 31); em especial: têm "o dever de trabalhar, segundo as forças e o gênero da própria vocação, tanto pela oração, como também com a obra ativa, para enraizar e consolidar nos espíritos o Reino de Cristo e para dilatá-lo em cada parte da terra" (LG 44).

O gênero profético da Vida Religiosa destina-se, portanto, a **testemunhar o espírito das bem-aventuranças com o empenho de cultivar nos espíritos as convicções evangélicas**, isto é, testemunhar e anunciar o Evangelho mediante uma profecia que fale às pessoas!

É útil observar, aqui, que o conceito de "Vida religiosa" não se identifica na Igreja com o de "Vida consagrada". Diversamente de outros, o gênero de profecia próprio dos Religiosos deve ser "**público e comunitário**". Os Religiosos, com efeito, constituem, no meio do Povo de Deus um estado de vida reconhecido oficialmente, com uma missão sancionada pela sagrada Hierarquia, assumida e vivida comunitariamente na obediência a um Superior que guia a Comunidade.

Não se deve, portanto, confundir a atividade profética dos eremitas, ou dos consagrados nos Institutos

Seculares, com a atividade específica dos Religiosos.

Parece bastante oportuna sublinhar, além disso, que a Vida religiosa está baseada numa opção fundamental que supõe um radicalismo evangélico no seguimento de Cristo.

Isto se exprime na **“profissão religiosa”** como compromisso pessoal totalizante, ou seja, exigindo tempo integral e plena existência, que deve qualificar e distinguir o Religioso em todo o seu ser e agir.

Às vezes, quando se fala hoje de cristão **“comprometido”** ou **“descompromissado”**, quer-se aludir a algumas colorações de caráter mais parcial. Urge, entretanto, recuperar explicitamente para os Religiosos o **conceito de “compromisso”**, como sendo neles uma atitude totalizante, característica, capaz de levar até as últimas conseqüências a **“profissão”** de seguimento de Cristo.

4. UMA NECESSIDADE PARA A NOVA CULTURA

Penso ser particularmente importante considerar que a **realidade sócio-política tem uma necessidade profunda da profecia religiosa.**

Já aludimos à centralidade que assume a política na passagem para uma nova sociedade. Aqui, devemos acrescentar, entretanto, que a política, para permanecer humana, deve ser objetivamente democrática; mas a democracia exige uma infra-estrutura concreta de cultura no povo. Não foi sem motivo que algumas

Urge para os Religiosos saber deduzir de tal compromisso as razões positivas pelas quais eles não podem mais assumir um **“compromisso propriamente político”**.

Quando, porém, o que move a atividade ou a tomada de posição profética de um Religioso (o **“porquê”**) é **uma motivação distinta da sua profissão religiosa ou alheia a esta**, então a consagração sofre uma perda de intensidade, chegando até a perder sua autenticidade.

Requer-se, portanto, como avaliação necessária, um contínuo exercício de discernimento dos espíritos para verificar a genuinidade da atividade profética dos Religiosos. Não há tentação mais sutilmente nociva para o compromisso de consagração religiosa do que **uma motivação sócio-política tendente a substituir o primado da opção fundamental.** Confira alguns Religiosos pertencentes ao movimento **“Cristãos para o socialismo”**.

correntes políticas passaram de um esquema ideológico de ditadura do proletariado para o mais amplo de hegemonia cultural.

O crescimento sócio-político exige realmente, como valor fundamental, sobretudo hoje, a **cultura do povo.** Antes, uma cultura criativa e dinâmica capaz de inventar um novo projeto de Homem e de Sociedade.

O Concílio lembrou-nos que, por **“cultura”**, se entendem **“todos aqueles meios com os quais o homem**

aperfeiçoa e explica seus múltiplos dotes de alma e de corpo", reduz o mundo ao seu poder, humaniza a vida social e cria um patrimônio de experiências e de aspirações espirituais (GS 53).

Hoje, a cultura se apresenta como um esforço imanente, que faz nascer **"um novo humanismo em que o homem se define primeiramente pela sua responsabilidade para com seus irmãos e para com a história"** (GS 55).

Mas, se não quisermos trair culturalmente o homem, torna-se imprescindível a presença da fé no trabalho de elaboração do novo projeto: **sem Evangelho, na verdade, não há verdadeira cultura libertadora**, e nem poderá surgir uma Pólis genuinamente humana (GC 57).

E aqui chegamos a tocar a chaga mais grave do presente momento histórico: "A ruptura entre Evangelho e cultura — disse-nos o S. Padre — é sem dúvida o drama da nossa época" (EN 20).

5. EXIGÊNCIAS SOCIAIS DA MISSÃO DOS RELIGIOSOS

Os destinatários da profecia religiosa vivem na Pólis. Considerando-se sob este ângulo missionário o significado e a função dos vários Carismas religiosos, descobre-se logo um peculiar **aspecto de historicidade** na índole própria de cada Instituto.

As várias Famílias Religiosas têm **destinatários** preferenciais, cujas necessidades mudam conforme a situação concreta em que vivem. Torna-se, portanto, elemento de fidelidade vocacional a oportuna e corajosa

Se a política precisa da cultura, esta precisa do Evangelho; com efeito, a cisão que se constata hoje entre a fé e a vida **"está incluída entre os erros mais graves do nosso tempo"** (GS 43).

O mundo atual, portanto, justamente considerado de acordo com as exigências da sua dimensão sócio-política, reclama realmente vocações religiosas cuja contribuição para a construção da nova Pólis não consista em desempenhar atividade estritamente política, mas em **impregnar a nova cultura de luz evangélica mediante um exercício adequado da sua consagração religiosa**.

Poder-se-ia dizer que é precisamente uma **sã "política"** que exige vocações **"não políticas"**; ou, se se preferir, que a responsabilidade política, por exemplo, a dos Religiosos, consiste justamente em conservar com identidade e em fazer agir com atualidade a sua profecia de consagrados.

adaptação missionária de cada Instituto. O processo de renovação situa-se na própria base do papel profético dos Religiosos; nele, a volta às fontes e a fidelidade ao Fundador deve significar, concretamente, **uma redescoberta "prévia"** dos grandes dinamismos da índole própria, e não uma simples volta material aos tempos das origens.

No entanto, o que a profecia religiosa deve proclamar aos destinatários, em conformidade com a índole

de cada Carisma, é o **próprio patrimônio evangélico enfatizado pelo Fundador**; muda-se a linguagem e a apresentação da mensagem, mas não o seu conteúdo basilar e a sua intencionalidade.

Urge, portanto, em cada Instituto, saber cuidar da **originalidade do próprio tipo de profecia**, evitando a tendência niveladora de reduzir tudo a uma modalidade genérica comum, mais inspirada em alguma visão ideológica em moda do que na índole específica da própria identidade vocacional.

Não há dúvida de que **os votos religiosos**, mais ou menos comuns a todos, constituem por si mesmos um clamor profético que desmitiza os principais ídolos (sexo, riqueza e poder) da Sociedade contemporânea e da Sociedade de qualquer tempo. Já é aprofundar o papel profético dos Religiosos cuidar do impacto que os votos devem provocar no atual clima sócio-político.

A profissão religiosa, porém, não se reduz à emissão dos votos, mas implica a incorporação numa determinada comunidade de discípulos do Senhor, com uma tradição espiritual própria e com o assumir de um projeto bem definido de vida evangélica e de apostolado.

Urge, pois, interpretar os votos e vivê-los no interior orgânico com a variedade das vocações suscitadas pelo Espírito.

Surge, então, a importância de garantir e promover uma articulada **pluriformidade profética** no serviço que os Institutos religiosos prestam à promoção humana.

Este dado introduz um discurso delicado e de particular atualidade: o da **íntima e mútua permeabilidade entre consagração e missão no projeto evangélico de cada Instituto**; cada um deles poderá ter seu modo de correlação entre os dois pólos, mas nenhum deverá exprimi-lo de forma dualista.

A profecia religiosa que os destinatários esperam não admite soluções de dicotomia, em favor exclusivo de um ou de outro pólo, mas requer o anúncio unitário de um consagrado em missão ou de um missionário da consagração.

O papel profético dos Religiosos deve fluir claramente da **graça de unidade** entre o tipo de consagração e o tipo de missão característicos do seu Instituto.

Por isso, as necessidades dos destinatários ajudam a descobrir, de um lado, que a mais importante contribuição dos Religiosos para a realidade social é a fidelidade atualizada ao próprio Carisma, e, de outro, que infelizmente, pelo menos até agora, se constata ainda uma passividade constrangedora em não poucas comunidades religiosas. Urge, portanto, um programa de maior amplitude para todos os encarregados de sua renovação e de sua animação.

Numa genuína reatualização do próprio Carisma, encontra-se o impulso inventivo e descobrem-se também, de forma positiva, os limites justos do papel profético de cada Instituto.

A própria natureza da profecia cristã exige, na verdade, **atualidade e adaptação no anúncio do Evangelho**, como mensagem inteligível e estimulante para o homem de hoje.

O papel profético implica simultaneamente duas condições profundamente determinantes: ele é exer-

cício de fé, que tudo julga serenamente, não a partir do vértice de uma hegemonia ideológica, mas à luz penetrante do evento pascal; e supõe um **critério de "pedagogia"**, para quem dialoga sempre em situação bem concreta, muito além dos clichês de uma simples modalidade tradicional.

6. FUNÇÕES DO PAPEL PROFÉTICO

Já vimos que a profecia cristã é realista, enquanto proclama **"existencialmente"** o lugar que Deus ocupa na vivência do devir humano.

É por isto que não se pode reduzir o papel profético dos religiosos a palavras ou a qualquer gesto de clamor, separados, de fato, da sua vida quotidiana.

A profecia dos Religiosos faz pensar antes **"na iniciativa do Espírito Santo que não suscita charlatães, mas sim 'homens de Espírito', para que proponham a seus irmãos um testemunho difícil"** (Tillard, **"Devant Dieu et pour le monde"**, p. 313).

Trata-se de uma especialização profética na Igreja que costuma agir através de várias funções.

Dentre estas podemos relacionar as principais:

Função escatológica: compete aos Religiosos testemunhar publicamente a **vocação à "santidade"**, proclamando a presença da ressurreição desde agora, demonstrando que Cristo basta para preencher todo o significado da própria vida, a fim de que esta seja permanentemente sinal vivo da transcendência do Reino de

Deus, devendo saber fazê-lo com convicção, mesmo quando este seu sinal fundamental não parece suficientemente compreendido pelas pessoas.

Com o testemunho de santidade os Religiosos proclamam que o conflito principal da história humana não é a luta de classes ou qualquer outra dialética sócio-econômica, mas antes a cisão entre **"pecado"** e **"graça"**, ou seja, por exemplo, não a luta entre burguesia e proletariado, mas o desafio permanente entre **"o homem velho"** e **"o homem novo"** descritos por S. Paulo.

Realmente, na Pólis não existem nem castas nem estruturas que encarnem exclusivamente o bem ou o mal; nem se verifica nenhuma fronteira social que divida os bons dos maus.

O verdadeiro centro das vicissitudes históricas é o próprio coração do homem, cuja paz está somente na santidade.

A primeira função profética dos Religiosos consiste, justamente, em proclamar (n. 3) o primado da santidade (= o espírito das bem-aventuranças), dirigindo-se, para tal fim,

prioritariamente à pessoa (= Reino de Cristo nas almas; n. 3).

Função crítica: a santidade ajuda a conhecer melhor Deus e o homem, sendo ambos objeto da caridade única. Este melhor conhecimento da realidade humana permite descobrir mais facilmente os valores autênticos da pessoa e da comunidade; seu verdadeiro progresso e sua genuína libertação. Também habilita, portanto, a uma melhor capacidade crítica, verdadeiramente profunda e diferente de uma fácil contestação demagógica, não só para enfrentar e denunciar as injustiças, da maneira como isto é exigido por uma caridade cautelosa, mas ainda para redimensionar as utopias e para relativizar as ideologias por seu turno.

O próprio estilo de vida religiosa, que deve fugir de qualquer forma de emburguesamento, já é uma atitude crítica para uma vasta mentalidade social que se curva sobre os bens temporais sem abrir-se ao horizonte de Deus.

Além disso, a missão específica dos Religiosos torna-os particularmente competentes mediante uma presença profética de vanguarda, mais livre das influências de todo poder que pese no ambiente, e mais solidária com os humildes e com os pobres, procurando compartilhar a sorte deles em vista de sua libertação cristã.

Função terapêutica: os Religiosos, com seu compromisso de santidade, tendem substancialmente à perfeição da caridade (LG 39), através da qual "se promove, mesmo na sociedade

terrena, um teor de vida mais humano" (LG 40).

Ora, recordando a visão realista segundo a qual, em todo Estado concreto, persistem várias necessidades não resolvidas adequadamente, o dom divino da caridade desenvolve nos Religiosos uma sensibilidade especial em favor dos humildes e dos pobres, dos mais necessitados, dos marginalizados, das vítimas da injustiça. Incentiva a procurar, com realismo e humildade, as soluções práticas mais urgentes, visando diretamente às pessoas necessitadas do momento, de preferência a alguma utopia de sociedade futura.

Assim, a caridade dos Religiosos apresenta-se com um papel concreto, flexível, inventivo, humilde mas efetivamente terapêutico, em qualquer conjuntura sócio-política, sem a pretensão do "ótimo" futuro, mas do "bem" presentemente possível; com semelhante função terapêutica antecipam, animam, corrigem, completam e humanizam as próprias iniciativas e organizações promovidas pela justiça.

Função promocional: a vida religiosa, enfim, leva o seu papel profético ao próprio coração da sociedade, mediante serviços de promoção humana: cada Instituto segundo a índole específica de sua missão.

Assistimos, assim, a uma pluralidade religiosa de presença promocional, surgida da caridade e alimentada por ela.

É sobretudo nesse campo que o seu papel profético exige dos Religiosos que saibam assumir os sinais dos tempos adaptando-se congruen-

temente às exigências concretas da sociedade em estado de mudança cultural.

Profetizar, aqui, significa desenvolver e defender claramente os direitos do homem, reconhecer a laicidade das coisas e a autonomia do temporal, ordenando tudo, porém, nitidamente a Cristo, Senhor da história (AA 2, AG 5).

Nesse âmbito há o grave imperativo de os Religiosos se renovarem, revendo as obras e as atividades, não tanto para ficarem na moda com uma mentalidade secularista, quanto para serem sinais atuais do Evangelho de acordo com as conjunturas humanas mudadas. Particularmente urgente para muitos Institutos religiosos é a missão forma-

dora, que prepara um laicato capaz de assumir o papel que lhe compete na Igreja e no Mundo.

Uma coisa é certa: em todas essas funções, a preocupação máxima com o papel profético dos Religiosos **não reside tanto na materialidade concreta das suas atividades** ou nos problemas urgentes que devem enfrentar (nisto podem coincidir com tantos outros operários do bem); mas encontra-se antes na motivação e no modo, peculiar a eles, de realizá-las, no **“porquê”** e no **“como”**, isto é, no seu tipo de compromisso e no seu estilo e tom sociais: uma presença visível de **“santidade”** que se torne sinal eficaz de Deus para os homens, e que proclame a eficácia da bondade divina na história.

7. ORIGINALIDADE NA PRESENÇA PROFÉTICA DOS RELIGIOSOS

A Vida religiosa deve estar presente aos valores do mundo, mas não pode confundir-se com nenhum deles.

Ela é, pois, na Igreja um **“subsídio de profecia”** que não tem o dever de assumir a totalidade do papel profético de todo o Povo de Deus.

O papel específico dos Religiosos possui uma originalidade inconfundível: é de natureza singelamente evangélica, e não de ordem diretamente econômica, social, cultural ou política, ainda que deva estar presente em todos esses setores; ele testemunha e anuncia sempre um Reino que não é deste mundo (Jo 18,36), e proclama a todos que, embora construindo a nova Sociedade,

ninguém pode instalar-se nela porque **“a figura deste mundo passa”** (1Cor 7,31).

Será preciso, portanto, saber respeitar simultaneamente um **duplo aspecto da contribuição dos Religiosos** para a realidade sócio-política: o da sua **“diversidade de natureza”** e o da sua **“compenetração vital”**.

Estas são duas dimensões que permanecem claramente distintas, embora devam estar intimamente unidas.

Primeiramente, “o caráter específico” da atividade profética não é de ordem social ou política: é sempre de natureza francamente religiosa, em conformidade com a missão **“de anunciar e instaurar em todas as**

peças o Reino de Cristo e de Deus” (LG 5).

Logo, não existe nenhuma confusão entre o compromisso especificamente político e o papel profético dos Religiosos.

Em segundo lugar, **“a compenetração salvadora”** da presença dos Religiosos na história deve constituir um dado de fato, mediante o qual seu papel profético provoque um impacto sócio-político concreto (ainda que de natureza bem diversa): **“a missão da Igreja — com efeito — não consiste apenas em levar a mensagem de Cristo e a sua graça aos homens, mas também em animar e aperfeiçoar a ordem temporal por meio do espírito evangélico”** (AA 5).

Para unir esses dois aspectos distintos é necessário agir de maneira que os valores religiosos não se apresentem absolutamente como uma infra-estrutura, porém como um patrimônio essencial do devir humano.

8. PROFECIA E COMUNHÃO ECLESIAL

No exercício do papel profético dos Religiosos é sobretudo importante cuidar da sua **inserção efetiva na Igreja local**, de acordo com os vários níveis (diocesano, regional, nacional e continental).

Como vimos, na realidade, é toda a comunidade eclesial que, sob a direção dos Pastores, realiza uma missão profética; os Religiosos trazem um suplemento particular de profecia, mais consoante à natureza peculiarmente carismática do seu

Essa capacidade de unir pólos de natureza diferente é obtida com o **crescimento na caridade**, que sabe fundir em simbiose a evangelização e a promoção humana.

Mais do que a materialidade de um gesto ou a genialidade de uma iniciativa, é preciso controlar a sua origem e o seu estilo, próprios da caridade. É necessário julgar, objetivamente e dentro da situação, tanto a motivação íntima que lhes serve de motor (o **“porquê”**), quanto o modo como se realizam (o **“como”**) em consonância com o tipo de caridade específica de cada Instituto.

O gesto e a iniciativa profética dos Religiosos devem proclamar claramente a caridade evangélica!

Nesse âmbito vital, tão variado e complexo, não adiantam fórmulas prefabricadas; urge, ao invés, exercer em continuidade um verdadeiro discernimento espiritual de criatividade e de avaliação.

estado de vida e como dom especial do Espírito dado a eles em favor de todo o corpo eclesial.

No pluralismo das situações, cada conjuntura concreta tem necessidade de uma leitura pastoral (OA 4), que exige uma verdadeira redescoberta do funcionamento da Igreja local, sobretudo em relação aos complexos problemas do campo sócio-político, em nível nacional de **Conferência episcopal**.

Também entram em cena, aqui, os vários **Conselhos Pastorais** e as **Conferências dos Superiores Maiores**.

Pode-se dizer que se trata até agora de **organismos ainda em formação**, e, por isso, necessitados de especial cuidado e colaboração.

O que fica claro, quanto ao papel profético dos Religiosos, é a importância de prosseguir com uma presença e uma atividade, mais solidárias por parte deles, no novo dinamismo pastoral das Igrejas locais.

É particularmente urgente cuidar melhor das **relações entre os Bispos e os Religiosos**: este é um problema fortemente sentido, sobretudo no âmbito sócio-político.

Aqui, porém, só podemos mencionar explicitamente a sua importância com vistas a um exercício

reto do papel profético (parece iminente a publicação de um documento da S.S. a respeito).

Como consequência, entra aqui todo o delicado problema da **descentralização** nos Institutos religiosos de nível internacional.

O fato é que se impõe uma justa descentralização, seguida de um conseqüente pluralismo de situações dentro dos Institutos. Isto exige um repensamento e um novo tipo de robustecimento da unidade e da identidade de cada Instituto religioso e do exercício do seu governo central. Daí também a urgência de intensificar as atividades de uma animação religiosa mais qualificada e apropriada por parte dos Superiores Gerais e Maiores. Não fazê-lo pode significar um corte na genuinidade do papel profético específico de cada Instituto.

9 ALGUNS CRITÉRIOS OPERANTES

Das reflexões anteriores podemos deduzir alguns critérios gerais (não genéricos) de ação, para uma oportuna renovação da profecia religiosa na Sociedade atual.

O papel profético dos Religiosos deve consistir num **estilo peculiar de santidade visível e comunitário**, expresso na vida e nas atividades quotidianas; não se excluem, quando oportunos, também gestos críticos ponderados, porém, sem concessões à demagogia ou a um verbalismo fácil; não basta proferir denúncias sociais, urge testemunhar o Evangelho.

Os tempos e a Igreja exigem, com urgência, dos Religiosos uma **verdadeira conversão ao seu papel profético específico**, de acordo com uma visão renovada da correlatividade entre Igreja e Mundo, e entre consagração e missão.

Deve-se cuidar do processo de **renovação** de cada Instituto tendo em vista as necessidades dos próprios destinatários, segundo a reviravolta antropológica proposta pelo Vaticano II ("**dirigidos**" para o homem, mesmo que antes não estivessem "**desviados**"!), a qual exige um modo novo de presença, profeticamente

distintos, mas não historicamente estranhos.

É necessário, portanto, realizar uma conversão!

O compromisso totalizante da profissão religiosa exige que, no exercício do seu papel profético, os Religiosos conservem o **primado do carisma do próprio Instituto**. Nas opções concretas o religioso parte de uma viva caridade (o "porquê") e não muda a motivação das suas escolhas, nem cedendo ao fascínio de algumas ideologias (por exemplo, com "uma escolha de classe"), nem assumindo atividades e modalidades (o "como") peculiares a outras vocações (por exemplo, a dos leigos ou a dos Institutos seculares). Assim, o papel profético do religioso emana claramente de sua profissão que importa em compromisso totalizante.

Na diversidade das situações, das funções, das organizações e das correntes, próprias da realidade sócio-política, o papel profético específico dos Religiosos desempenha uma função própria de alta qualificação social, **que não lhes permite tornarem-se "parciais"**; por isso, o Religioso, mais do que qualquer outro cristão, **"deve estar atento, no seu esforço ativo, para elucidar as próprias motivações, e para ultrapassar os objetivos perseguidos, dentro de uma visão mais abrangente, a fim de evitar o perigo de particularismos egoístas e de totalitarismos opressores"** (OA 49).

Sendo o papel dos Religiosos um **"subsídio profético"** na Igreja, tornar-se-á necessário que cada Instituto religioso tenha a consciência e a

coragem de contribuir com **algo de próprio**, e de, ao mesmo tempo, cuidar diligentemente tanto da **sintonia com o magistério do Papa e dos Bispos**, quanto de uma inserção solidária na Igreja local dentro dos vários níveis. Dever-se-ão, portanto, considerar temas privilegiados, no processo de renovação dos Institutos, não só a intensificação da própria originalidade, mas também o zelo pelas relações com os Pastores, e o trabalho de uma adequada descentralização.

A consagração religiosa, com a sua específica forma comunitária, supõe particulares exigências, conforme o tipo de Instituto, a respeito do papel profético dos Religiosos enquanto **indivíduos distintos uns dos outros**. Tal consagração, com as suas exigências comunitárias, oferece, entretanto, vantagens peculiares de agilidade e constância, quer para os indivíduos quer para as comunidades, no desempenho da própria função profética, mais de uma vez também incompreendida e não destituída de sofrimentos e de perseguições.

Urge, para todos os Institutos religiosos, uma revisão e uma avaliação das obras e das atividades, para saber encontrar concretamente a **"presença nova"** (cf. 9) que é exigida pelo mundo em transformação, como papel específico da profecia religiosa.

A contribuição das vocações religiosas na construção da nova pólis não consiste em desempenhar atividade estritamente política mas na vivência adequada da própria consagração religiosa.

10. CONCLUSÃO

À guisa de conclusão, podemos reler juntos um trecho da Exortação Apostólica de Paulo VI aos Religiosos:

“Uma interrogação candente hoje nos acomete: como fazer penetrar a mensagem evangélica na civilização das massas? Como agir nos níveis em que se elabora uma nova cultura, em que se instaura um novo tipo de homem, que acredita não ter mais necessidade de redenção? Uma vez que todos são chamados à contemplação do mistério da salvação, compreendeis como é sério o compromisso que provém de tais questionamentos para vossas existências, e que estímulo representam para o vosso zelo apostólico. Caros Religiosos e Religiosas, conforme as modalidades que o chamado de Deus

requer de vossas Famílias espirituais, deveis acompanhar com olhos bem abertos, as necessidades dos homens, seus problemas, suas buscas, testemunhando no meio deles, com a oração e a ação, a eficácia da Boa Nova de amor, de justiça e de paz. A aspiração da humanidade a uma vida mais fraterna, em nível das pessoas e das nações, exige, primeiramente, uma transformação dos costumes, das mentalidades e das consciências. Tal missão, que é comum a todo o Povo de Deus, representa para vós um título particular. Como desempenhá-la, quando falta esse gosto pelo absoluto, que é fruto de uma certa experiência de Deus? Isto equivale a salientar como a autêntica renovação da vida religiosa é de capital importância para a própria renovação da Igreja e do mundo.”

NATAL REFLEXÃO TEOLÓGICA

Que a Virgem-Mãe nos obtenha neste Natal uma renovada consciência das grandes verdades da fé que se prendem a tal celebração e nos ajude a tirar concreta e coerentemente as conclusões que as mesmas inspiram no tocante à nossa vocação religiosa.

Dom Estêvão Bettencourt, OSB

Rio de Janeiro, RJ

Mais uma vez aproxima-se a festa de Natal... Embora todos os anos nessa ocasião os mesmos textos bíblicos sejam propostos à piedade cristã, anualmente a celebração do Natal deve ter sentido novo para nós, cristãos (Religiosos), pois nos há de encontrar mais maduros ou adultos em Cristo.

O Advento e o Natal constituem o momento do ano cristão que mais nos lembra a nossa qualidade de peregrinos na terra. Com efeito, a Igreja revive então a expectativa dos justos do Antigo Testamento, retomando textos de Isaías, Jeremias e dos profetas em geral. É com razão... pois, embora o Messias já tenha vindo, sabemos que a sua obra aguarda a plenitude, de modo

que se pode dizer que Cristo veio e ainda está para vir...; estamos entre o **Sim** e o **Não...**, temos e não temos a Redenção...; somos e não somos salvos (Rom 8, 23-25). Achamo-nos precisamente no ponto de intersecção de dois séculos ou dois **eones**: o velho, marcado pelo pecado, pela concupiscência e pela herança do primeiro Adão (cujas marcas trazemos em nossa carne), e o novo, caracterizado pela semente da ressurreição e da nova criatura que o Batismo lançou em nós e que a Eucaristia alimenta constantemente. O programa da vida cristã consiste precisamente em nos transferirmos cada vez mais do homem velho e do século contaminado pela culpa para o homem novo e o novo século (Ef 4,21-24). Estamos sempre em de-

manda do pleno desabrochamento de algo que se iniciou em nós, mas ainda se acha inacabado. É o que nos habilita a dizer que somos "peregrinos do Absoluto" (Charles Péguy). Pois bem, o Advento e o Natal nos fazem viver intensamente a consciência desta verdade e nos estimulam à procura de que o Cristo nascido em Belém, como criança igual às demais (exceto no pecado), e ressuscitado na Páscoa como modelo do novo homem, tome vulto

sempre mais vigoroso em cada um de nós e na humanidade inteira.

Conscientes destas verdades, procuraremos, a seguir, refletir sobre três aspectos importantes da celebração de Natal: 1) a Encarnação como princípio de santificação do homem e do mundo; 2) a Mãe do Salvador como sinal que compendia a mensagem de Natal; 3) a Vida Religiosa, testemunho vivo desta mensagem.

1. A ENCARNAÇÃO, PRINCÍPIO DE SALVAÇÃO

Costuma-se dizer que a salvação do gênero humano foi adquirida pelo sangue de Cristo derramado na cruz. A ocorrência anual da Páscoa, que engloba os feitos da sexta-feira santa e do domingo da Ressurreição, é considerada a celebração da Redenção do gênero humano; Cristo então destruiu na cruz a carne de pecado e a reconstituiu como nova criatura, triunfante sobre o pecado e a morte. Os teólogos latinos medievais, principalmente após S. Anselmo de Cantuária († 1109), desenvolveram este aspecto da soteriologia ou doutrina da salvação. Recorrendo mesmo a categorias jurídicas, afirmavam que Cristo na cruz prestou ao Pai uma cômgrua satisfação em nome do gênero humano ou pagou o preço da nossa Redenção.

Estes dizeres têm seu fundamento nas cartas paulinas (1 Cor 6,20; 7,23); exprimem autenticamente o aspecto satisfatório e propiciatório da obra salvadora de Jesus Cristo. Todavia não se deveria esquecer ou-

tro aspecto da mesma, caro aos Padres da Igreja grega e oriental (1) como, por exemplo, S. Ireneu († 202), S. Hipólito de Roma († 235), S. Atanásio († 373), S. Gregório de Nissa († 395)... Estes, sem negar o aspecto satisfatório da oblação de Cristo, acentuam, com certa ênfase, o valor salvífico da própria Encarnação e da Natividade do Senhor Jesus.

Se Deus se fez homem, a natureza humana foi santificada, "divinizada", pelo contato mesmo de Deus com o homem, pois o que Deus toca não pode deixar de ser divinizado (2). Pela Encarnação, portanto, todos os homens se tornaram "concorpóreos" e "consangüíneos" de Cristo, como afirmavam os antigos escritores da Igreja. Mais: fazendo-se homem, o Filho de Deus realizou, em cerne ou princípio, a união e a reconciliação de Deus e dos homens; a vida e as obras de Cristo desdobrariam o que estava contido nesse cerne.

Mais ainda: vivendo, desde o nascimento, uma vida humana semelhante à nossa (exceto no pecado), Cristo quis dar valor próprio, transcendental à nossa realidade de cada dia; os caminhos que os homens trilham (luta, dores, alegrias e expectativas), já foram palmilhados e santificados pelo Filho de Deus, de modo que em toda situação ou fase de vida o cristão pode dizer: "Por aqui já passou o Cristo".

Ampliando o nosso horizonte, diremos outrossim se Deus se fez homem (microcosmos), também foi santificado ou mesmo "divinizado" o mundo inteiro (macrocosmos). Com efeito, o homem é o compêndio do universo, e todas as criaturas materiais convergem para o homem; ora, se a criatura humana em Jesus Cristo foi chamada a viver da vida do Filho de Deus, as demais criaturas foram também elevadas (cada qual no seu modo) a nova dignidade. A Encarnação do Filho de Deus deveria, pois, ser considerada como o início da re-criação ou da transfiguração do gênero humano e do mundo inteiro; tocando a carne humana, o Filho de Deus tocou, de algum modo, todos os homens e todas as criaturas materiais, dando-lhes novo sentido e valor. Esta verdade pode ser ilustrada pela imagem de alguém que levante uma toalha estendida; tocando-a e suspendendo-a num só ponto, tal pessoa indiretamente está suspendendo toda a superfície da toalha. Todos os demais pontos desta são atingidos pelo contato do homem com um só ponto. . . Pois bem, o mundo material é tal toalha; foi atingido e santificado mediante a santificação

da natureza humana que o Filho de Deus quis assumir quando se encarnou no seio da Virgem!

Uma das expressões mais evidentes desta santificação do mundo são os sacramentos. Estes constam de água, pão, vinho, óleo, gestos e palavras humanas, os quais realizam efeitos que ultrapassam o alcance de tais criaturas; tornam-se instrumentos da ação de Cristo, que assim quer comunicar a vida divina mediante elementos materiais. Estes prolongam a ação salvífica que a santíssima humanidade de Cristo iniciou neste mundo contactando as criaturas que a cercavam e servindo-se das mesmas para restaurar o mundo desintegrado pelo pecado.

Aliás, é de notar que o próprio Cristo, querendo apresentar a sua missão, procurou analogias nos elementos materiais, como se lê nas Escrituras:

"Eu sou a luz do mundo" (Jo 8,12).

"Eu sou a verdadeira videira" (Jo 15,1).

"Eu sou o pão da vida" (Jo 6,48).

"Eu sou a porta" (Jo 10,9).

"Eu sou o caminho" (Jo 14,6).

Acrescentam os autores sagrados:

"Ele é a pedra angular" (Ef 2,20; 1 Pd 2,4-6).

"Ele é cordeiro" (Jo 1,29).

Estas afirmativas dão a entender que tais objetos têm seu protótipo e exemplar no Filho de Deus feito homem. A santíssima humanidade de Cristo contém, por excelência, as perfeições expressas por cada uma dessas criaturas, às quais co-

munica novo valor. O mundo inteiro, pois, converge para o Cristo, e Este projeta sobre o mundo nova luz e novo sentido.

2. FILHO DE MARIA VIRGEM

O Filho de Deus quis nascer, na terra, de uma Virgem Mãe. Esta proposição, nos últimos tempos, tem sido objeto de estudos e debates, pois a alguns pensadores parece resultar de perspectiva pessimista a respeito do sexo, mais do que das autênticas fontes da Revelação. Ora é nosso intuito aprofundar o sentido teológico de tal verdade de fé.

Digamos, logo de início, que o Filho de Deus poderia ter assumido a natureza humana por vias naturais, ou seja, por cópula marital de pai e mãe. Na verdade, Deus é o autor da diferenciação sexual e da mútua atração do homem e da mulher; a cópula matrimonial, portanto, bem podia ter servido ao eterno Logos para entrar na história dos homens; em si, ela não é pecaminosa nem é responsável pela mancha original nas crianças.

Todavia diz-nos a fé que o plano de Deus preferiu outro caminho.

E por quê? — Exporemos três títulos.

2.1. Sinal de gratuidade

A maternidade virginal de Maria é sinal da gratuidade da salvação humana. Esta se deve não à vontade da carne, nem à vontade do homem, mas à graciosa e livre iniciativa de

Deus (Jo 1,13). Maria se tornou mãe em termos que superam as possibilidades do ser humano precisamente para que ficasse claro que a salvação não provém das potencialidades do homem, mas é de todo gratuita; ela não se deve à industrioseidade das criaturas, mas é puro dom de Deus. Aliás, toda a história da salvação, desde o nascimento do “filho da promessa”, Isaque (cujos pais eram estéreis; Gên 18,10-15), é um longo testemunho de que Deus quer salvar os homens por gratuitas intervenções no mundo, não provocadas pela virtuosidade das criaturas (3).

São especialmente dignas de nota a propósito as palavras do teólogo protestante Karl Barth († 1968), que assim ilustra a maternidade virginal de Maria:

“Em todo processo generativo natural, aparece o varão consciente do seu poder, forte pela sua vontade, ufano da sua capacidade criadora; é o varão autônomo e supremo que se encontra no primeiro plano. Por conseguinte, o processo generativo natural não seria um sinal adequado do mistério que se trata de indicar aqui. O sinal do *eros* humano... não seria sinal válido da *agápe* divina, que não procura os seus interesses. O desejo de poder e denominação da parte do varão, que se exprime de modo especial no ato sexual, indica algo de bem diverso da majestade da misericórdia de Deus. Eis por que a virgindade de Maria, e não a união carnal de José e Maria, é o sinal revelador do mistério de Natal” (*Dogmatique I: La doctrine de la parole*, t. 2, fasc. 1. Neuchâtel-Paris 1950, p. 180).

A fórmula do Credo “nascido da Virgem Maria” (**natus ex Maria Virgine**), para Barth, indica a soberania da ação de Deus; significa “. . . ter nascido como jamais alguém nasceu, ter visto a luz de maneira biologicamente tão impossível quanto impossível é a ressurreição de um morto, isto é, ter sido chamado à vida não em consequência de intervenção do varão” (ib., p. 172).

Têm peso singular estas palavras proferidas por um teólogo protestante tido como um dos maiores de nossos tempos. É da S. Escritura e da Tradição cristã que Barth deduz as suas proposições.

Assim vê-se que a conceição virginal de Maria não é somente o início da salvação humana, mas vem a ser também o protótipo e o exemplar da mesma: Deus quer salvar o mundo por meios pobres ou mesmo desconcertantes (aos olhos da razão humana). Maria é a primeira testemunha deste desígnio do Senhor. Diz S. Ambrósio que ela deu à luz **in-usitato modo, sed usitato munere**, isto é, de maneira insólita, mas de acordo com a sólita generosidade de Deus (**De Incarnatione**, c. 6, nº 54, PL 16, 832B). O Filho de Deus a quem ela comunicou a natureza humana, quis outrossim abraçar um ideal messiânico que contrariava às expectativas políticas dos sábios do seu tempo: não recorreu aos meios ricos e poderosos para realizar a sua missão, mas apresentou-se como aquele que não tinha onde reclinar a cabeça (Lc, 9,58).

À luz destas ponderações, compreende-se que a maternidade virginal de Maria, implicando ausência

de colaboração do varão, seja um sinal eloqüente sinal do aspecto mais central da mensagem do Novo Testamento: Deus salva gratuitamente, sem que o homem se possa gloriar de haver merecido ou atraído a benevolência divina (é esta uma das teses mais acentuadas por São Paulo em suas epístolas).

Examinemos agora outra faceta da temática.

2.2 Sinal escatológico

A maternidade virginal de Maria é também um aceno à consumação da história.

Com efeito, Cristo afirmou que na ressurreição ou na ordem definitiva já não haverá matrimônio nem as funções que a este se prendem (Mt 22,30). Ora a virgindade de Maria aparece, neste contexto, como um primeiro reflexo dessa ordem final e definitiva. Cristo trouxe ao mundo algo de novo, que só se pode entender devidamente à luz dos valores escatológicos que perpassam a novidade cristã; Maria é um espécime significativo dessa nova realidade.

É na perspectiva desta verdade que se deve compreender, na Igreja de todos os tempos, a virgindade consagrada ou o celibato por amor do Reino dos Céus.

Sabemos que nem judeus nem gregos tinham a estima da vida una ou celibatária. Aqueles julgavam que o fato de não ter prole era, para uma mulher, maldição divina, pois a excluía da linhagem do Messias; a glória da mulher israelita consistia em ter um filho para poder assim preparar a vinda do Prometido (te-

nham-se em vista os textos bíblicos citados na nota 3 deste artigo). Quanto aos greco-romanos, consideravam o celibato como covardia ou recusa de colaboração com a **pólis** ou o **Imperium**; por isto oneravam-no com impostos especiais. Ora, logo no ano de 56, ou seja, vinte e poucos anos após a Ascensão do Senhor, São Paulo notava e incentivava, na comunidade de Corinto, a observância da vida una ou indivisa (1 Cor 7,29-35). Esta brotou espontaneamente da consciência que os cristãos conceberam, de que por Cristo irromperam os bens definitivos neste mundo. Por isto o tempo se fez breve ou, com outras palavras, não há mais tempo a perder; o cristão tem o máximo interesse em concentrar a sua atenção e as suas energias para estar todo presente ao Eterno, que se fez presente em meio às realidades temporais. Entende-se então que o Espírito inspire a homens e mulheres cristãos o desejo de não se casarem, pois assim assinalam mais eloqüentemente a irrupção dos bens definitivos na história dos homens... bens definitivos que a vida una ou indivisa permite usufruir com mais liberdade e plenitude. Essa fruição, aliás, redundará não só em proveito dos vocacionados à vida una, mas também em benefício de toda a humanidade, pois são de imenso valor para seus irmãos aqueles que vivem fielmente a vida consagrada, seja de teor mais ativo, seja de teor mais contemplativo.

2.3. A identidade de Cristo

Os teólogos procuram também ilustrar a função de Maria a partir do próprio Cristo.

Embora o Filho de Deus pudesse assumir a natureza humana nascendo biologicamente como filho de José e Maria, existia grande conveniência de que fosse concebido virginalmente, pois isto contribuiria para significar a filiação divina de Jesus Cristo. E esta conveniência — diz a fé — Deus quis realizá-la; o Filho de Deus se fez homem sem ter pai na terra, pois já tinha Pai no céu; como Deus, era Filho do Pai Eterno; como homem, tornou-se filho de Maria; Maria Virgem foi fecundada pela ação direta do próprio Deus. A geração virginal foi o modo pelo qual o Pai quis exprimir na carne humana a sua paternidade em relação a Jesus; é uma encarnação da eterna geração do Filho de Deus. Jesus Cristo não é somente a encarnação da segunda Pessoa da SS. Trindade, mas é a encarnação da própria filiação divina da segunda Pessoa da SS. Trindade.

O vínculo existente entre a concepção virginal de Maria e a filiação divina de Jesus é confirmado pelo fato de que quem põe em dúvida uma destas verdades da fé frequentemente duvida também da outra. Tenha-se em vista a formulação recente de um Credo no qual não somente não se professa que Jesus tenha nascido da Virgem, mas também não se diz que seja Deus: “Creio no homem Jesus, que nasceu de Maria (4). Há autores protestantes que negam todo valor histórico às narrações de Mateus e Lucas referentes à concepção virginal; fazem-no, porém, dentro de uma perspectiva que considera Jesus como mero homem.

Esse “entrar no mundo de maneira que suplanta as leis da biologia” é justamente o sinal pelo qual Deus Pai quis salientar, aos olhos da fé, o mistério de Cristo; Este não é mero homem, mas, sem deixar de ter uma natureza humana igual à de qualquer homem (exceto no pecado), recebida de Maria Virgem, é também Deus; tem sua mãe na terra e seu Pai no céu.

A concepção virginal de Maria significa que o Senhor Deus quis suprir diretamente as funções do genitor na concepção de um filho; significa, conseqüentemente, que o Filho de Deus quis penetrar no gênero humano de maneira própria e característica, na sua qualidade e dignidade inconfundível de Filho de Deus, e não ser meramente humano. Ao mesmo tempo, a concepção virginal de Maria foi plenamente humana; Maria foi mais mãe do que qualquer outra mãe, pois gerou um Filho que foi verdadeiro homem e que recebeu

toda a sua natureza humana exclusivamente de sua mãe. A virgindade de Maria nada suprimiu da sua maternidade; ao contrário, ligou ainda mais intimamente a Virgem ao seu Divino Filho.

Estas reflexões nos levam a dizer, em conclusão, que a concepção virginal de Maria está muito mais relacionada com a identidade de Jesus do que com a de Maria. Quem a afirma, antes de afirmar um privilégio de Maria, professa a real origem e a identidade de Cristo, Deus e Homem. Aliás, toda a figura de Maria — rica e ornada de graça — é essencialmente função da figura de Jesus, como todo o culto a Maria é marcadamente cristocêntrico. Cancelar a virgindade de Maria seria indiretamente cancelar um importante sinal da identidade de Cristo.

Façamos agora a aplicação de tais verdades à vida cristã e, de modo especial, à Vida Religiosa.

3. NATAL E VOCAÇÃO CRISTÃ

A superação das leis ordinárias da biologia vem a ser um acervo também à nova geração ou à regeneração que Cristo oferece a todos aqueles que nele crêem e a Ele se incorporam pelo Batismo; este é um renascer ou o surto de uma vida nova, que não se faz conforme as leis da biologia, mas segundo o Espírito (5).

O Batismo, assim entendido, manifesta uma das grandes finalidades

da Encarnação: esta não visa simplesmente a dar à natureza humana o seu desenvolvimento completo, mas tende a elevar essa natureza a um plano superior, no qual se desenvolve a vida divina. Na verdade, para que o Batismo cristão hoje em dia possa realizar essa regeneração, era necessário que Jesus, nascido da Virgem Maria, completasse esse seu nascimento virginal mediante a ressurreição da carne ou o triunfo sobre a morte que afetava a natureza

humana recebida de Maria. É o Cristo ressuscitado e glorioso que faz o homem renascer para a vida eterna, comunicando-lhe a vida divina que venceu a morte na carne gerada por Maria. O nascimento virginal de Jesus é um sinal precursor da sua ressurreição ou da sua plena conquista da vida que se deu pela vitória sobre a cruz e a morte; é também um sinal precursor do renascimento (baptismal) dos cristãos para a filiação divina e a vida segundo a graça sobrenatural.

Donde se vê que não sem motivo a Tradição cristã sempre apontou um liame entre a concepção virginal e a ressurreição corporal de Jesus: os dois acontecimentos se complementam mutuamente, porque são o início e a consumação, na carne, da geração do Filho de Deus.

Tais proposições iluminam o quadro da Vida Religiosa. Esta se situa na linha da regeneração baptismal como procura de vivência mais intensa e coerente do sacramento. Eis palavras da Constituição "Lumen Gentium" do Vaticano II:

"Pelo Batismo o cristão está morto para o pecado e consagrado a Deus. Mas, a fim de que possa colher frutos mais abundantes da graça baptismal, procura, pela profissão dos conselhos evangélicos na Igreja, livrar-se dos impedimentos que o possam afastar do fervor da caridade e da perfeição do culto divino e consagrar-se mais intimamente ao serviço de Deus" (nº 44).

De modo especial, a Vida Religiosa se inspira na espiritualidade de Natal em dois de seus aspectos centrais:

1) Como o nascimento virginal de Jesus lembra aos homens a pobreza da criatura e a absoluta gratuidade do dom de Deus, assim a Vida Religiosa é chamada a ser na Igreja um indício da pobreza e humildade que a soberana graça de Deus quer encontrar para dar-se aos homens. O que a Encarnação do Filho de Deus tem de surpreendente e desafiador, a Vida Religiosa deve exprimi-lo de modo particularmente enfático.

O Religioso e a Religiosa renunciam à plena segurança que os recursos humanos costumam comunicar, a fim de tentar viver um pouco mais sensivelmente a gratuidade rica e pródiga do dom de Deus. Isto significa: . . . tentar viver um estilo de vida diferente, novo, . . . como nova e insólita é a natividade de Cristo que aparece no Natal. Não se entenderia, pois, uma Vida Religiosa que não conservasse a nota do despojamento, do risco e de um certo desafio à prudência calculista. Isto não quer dizer que os Religiosos não possam recorrer ao instrumental da técnica moderna para preencher as suas tarefas; sem esse instrumental, pouco fariam de eficiente e útil . . . Mas significa que, pessoalmente, o Religioso deve ter consciência de ser pobre e pequenino, aberto para a gratuidade do Senhor. Esta convicção, se for alimentada sinceramente por cada Religioso(a), fará naturalmente que as casas religiosas sejam marcadas pela simplicidade e pela rejeição de todo aparato supérfluo.

2) A tendência escatológica e a irrupção do Eterno no tempo, que caracterizam a festa de Natal, devem

outrossim marcar profundamente a Vida Religiosa. É a consciência de que o Reino de Deus, com os seus valores definitivos, despontou nos horizontes da história que leva os Religiosos a renunciar ao matrimônio para poder dedicar-se mais desimpedidamente a tais valores em favor de si mesmos e de seus irmãos. A figura da Virgem Mãe, com tudo o que ela tem de significativo e alusivo, torna-se assim especialmente cara àqueles que Deus atrai à vida una; Maria, chamada simultanea-

mente à virgindade e à maternidade, é o símbolo de que Deus pode requisitar plenamente uma criatura humana para o seu serviço sem lhe diminuir os valores humanos e a fecundidade.

Que Ela, portanto, a Virgem Mãe, nos obtenha, no próximo Natal, uma renovada consciência das grandes verdades de fé que se prendem a tal celebração e nos ajude a tirar mais concreta e coerentemente as conclusões que as mesmas inspiram no tocante à nossa vocação religiosa!

BIBLIOGRAFIA

MICHAEL SCHMAUS, *Der Glaube der Kirche*. Handbuch katholisches Dogmatik. Band 2. Muechen 1970. RENÉ LAURENTIN, *Maria nella Storia della Salvezza*, Marietti, Torino, 2ª Ed. 1975. IDEM, *Structure et Théologie de Luc I-II*, Paris 1957. JEAN GALOT, *Valore della verginità di Maria*, em *Civiltà Cattolica*, a. 125, nº 2977, 6/VII/1974, pp. 11-12. E. H. SCHILLEECKX, *Maria, Mãe da Redenção*, Petrópolis 1960. J. FEINER e M. LOEHRER, *Mysterium Salutis*, III/7. Petrópolis 1974.

NOTAS

(1) Padres da Igreja são os grandes teólogos (bispos e não bispos) que contribuíram para elaborar, com firmeza e lucidez, as verdades referentes à Santíssima Trindade, a Jesus Cristo, à graça, à Igreja... nos séculos em que diversas heresias ameaçavam deturpar o seu genuíno conteúdo. Geralmente se reconhece que o último dos Padres no Ocidente é São Gregório Magno (+ 604), ao passo que no Oriente a era patrística termina com São João Damasceno que combateu o iconoclasmo (+ 749). (2) Divinizado, isto é, marcado e impregnado pela presença de Deus. Esta concepção nada tem que ver com

panteísmo, que afirma a identidade entre Deus e o homem. (3) A Sagrada Escritura apresenta, antes de Cristo, quatro episódios de natividades extraordinárias: a de Isaque (Gên 18, 10-15; 21, 1-8); a de Sansão, nascido de Manué e de sua mulher estéril (Jz 13, 1-25); a de Samuel, filho de Helcana e Ana, a qual entoou um canto de ação de graças, protótipo do de Maria (1 Sm 1, 1-2, 10 e Lc 1, 46-55); a de João Batista prometido a Zacarias, que não quis acreditar no portento (Lc 1, 5-25). A tais casos se sobrepõe o de Jesus, que foi virginalmente concebido e gerado (Lc 1, 26-38; 2, 1-7). Hoje em dia existem autores que tendem a interpretar tais episódios como se fossem meros clichês ou modos de exprimir proposições teológicas destituídas de fundamento histórico ou real. Tal posição, porém, é arbitrária ou preconcebida. Os textos citados, à luz de exegese objetiva e da Tradição da Igreja, podem até hoje serem entendidos tranqüilamente em sentido histórico. A fé exige mesmo que se professe a maternidade virginal de Maria. O valor de tais episódios não está no aspecto portentoso ou milagroso, pois Deus nunca realiza prodígios simplesmente para extasiar os homens ou ostentar sua onipotência divina. Tais episódios, interpretados como fatos reais,

se enquadram muito bem dentro do conjunto da mensagem bíblica na qualidade de **sinais**. Com efeito, traduzem de maneira concreta e histórica uma quase lei da história da salvação. Deus se compraz em efetuar a sua obra salvífica mediante elementos fracos e pobres, para que se evidencie que tudo é graça e nenhuma criatura se glorie. "É na fraqueza (do homem) que a força (de Deus) manifesta todo o seu poder... Quando sou fraco, então é que sou forte" 2 Cor 12, 9. São Paulo repete freqüentemente esta verificação. Confere 2 Cor 4, 7-12; 1-8; 13, 3; 1 Cor 1, 26-2, 5; 4, 13; Fl 4, 12. Aliás, já o

Antigo Testamento conhecia tal norma da dispensação divina. Confere Jz 7, 2; 1 Sm 14, 6; 17, 47; 1 Mc 3, 19. (4) P. SMUIDERS, **Het priesterberaad in Noordwijkerhout. Inleiding en Slotheschouwing**, em *Theologie en Pastoraat*, 64 (1968), p. 330. (5) Tenham-se em vista os seguintes textos: **Jo 1, 12**: "A todos os que o receberam, deu-lhes (o Logos) o poder de se tornarem filhos de Deus, a todos os que crêem em seu nome, que não nasceram nem do sangue nem da vontade da carne, nem da vontade do homem". **Jo 3, 3**: "Se alguém não renascer do alto, não poderá ver o Reino de Deus".

EVANGELIZAÇÃO

TESTEMUNHO DE JUSTIÇA

Fundamentar teologicamente é mais do que argumentar a partir da letra da Bíblia, sujeita como qualquer outra palavra humana a todo tipo de manipulação.

É fundamentar a partir da palavra viva de Deus. Está aqui a força na fraqueza da argumentação teológica.

Pe. Juan Ruiz Gopegui, SJ

Rio de Janeiro, RJ

Se “evangelizar constitui a graça e a vocação própria da Igreja, a sua mais profunda identidade” (1), é lícito suspeitar que as **crises de identidade das comunidades cristãs tenham alguma relação com as suas práticas evangelizadoras**. Esta afirmação vale de maneira especial para as comunidades religiosas, em virtude de sua específica “consagração” ao Evangelho. Não será necessário, portanto, insistir na importância de uma reflexão sobre a evangelização para a renovação da vida religiosa.

O presente artigo aborda um tema fundamental para a evangelização na atual conjuntura da América Latina: **o testemunho da justiça**. Ele está certamente relacionado com a procura da própria identidade, que preocupa a não poucas comunida-

des nestes tempos de mudança. Muitos religiosos estão redescobrendo o sentido de sua vocação através de uma inserção mais radical no mundo dos pobres e dos oprimidos ou na orientação de suas atividades apostólicas para o serviço da justiça. Não faltam, porém, os que olham com desconfiança essa ênfase dada na vida religiosa à promoção da justiça. Há os que experimentam dificuldades práticas em conjugar seus serviços de promoção e libertação dos marginalizados e as tarefas que até agora lhes foram apresentadas como “próprias” da evangelização.

Se afirmamos que a **evangelização pode ser concebida, toda ela, como testemunho da justiça** ou serviço da restauração da justiça na terra, a afirmação poderá parecer a alguns

exagerada. Parece-nos, contudo, que ela pode ser fundamentada teologicamente, isto é, a partir da figura “normativa” da evangelização apresentada pelo Novo Testamento (2).

Uma observação preliminar, no entanto, faz-se necessária, para orientar a leitura deste artigo: **Fundamentar teologicamente** é mais do que argumentar a partir da letra da Bíblia, sujeita como qualquer outra palavra humana a todo tipo de manipulação. É **fundamentar a partir da Palavra viva de Deus**. Está aqui a força e a fraqueza (Paulo diria a força na fraqueza) da argumentação teológica: ela não pode ser mais do que um modesto exercício do diálogo entre homens atentos a uma Palavra que só pode provir de Deus. Não é possível falar de Deus, se Deus não fala de si mesmo. Se a

sua Palavra, sempre surpreendente e inesperada, não é escutada, de nada servem as argumentações teológicas. Para quem escuta a Palavra, nenhum argumento é necessário.

Eis, portanto, o que este artigo gostaria de ser: **Simples prefácio**, que deve ser esquecido e relativizado face à Palavra viva de Deus, a qual só pode ser ouvida na singularidade de cada situação histórica, em referência a circunstâncias concretas da existência, e na medida em que o homem se compromete com o projeto divino de restauração da justiça na terra. Sem isto, a palavra do teólogo não está isenta de tornar-se mais uma palavra a falar da justiça de maneira estéril — como tantas outras — ou até de constituir-se como uma nova fonte de alienação e de opressão.

1. EVANGELIZAÇÃO COMO TESTEMUNHO

1.1. Palavra de Deus na palavra dos homens

Uma palavra, uma ação, um gesto da Igreja são constituídos formalmente como Evangelho pela sua capacidade de ser para os homens Palavra de Deus. Evangelizar é mais do que anunciar uma palavra que Deus teria proferido no passado: é colocar a própria palavra, a própria ação, a própria vida a serviço do Evangelho de tal forma que elas possam ser a expressão humana da Palavra viva de Deus, da Palavra pronunciada por Deus a cada momento como o Sentido radical da existência histórica e social do homem.

Porque é viva, a Palavra é sempre nova e atual. Por isso para evangelizar, a Igreja deve escutar a **Palavra divina no mesmo ato de anunciá-la**. Paulo diz aos Coríntios: “Não somos como tantos outros que andam traficando com a mensagem de Deus; falamos conscientes da nossa sinceridade; conscientes de que o fazemos a partir de Deus, movidos por Cristo” (2 Cor 2, 17). Aos Tessalonicenses ele diz: “Ao ouvir proclamar a mensagem de Deus, não a acolhestes como palavra humana, mas como o que realmente é, como palavra de Deus, que em vós, ao crerdes, desprega todo o seu poder” (1 Tess 2,13).

Palavra de Deus na palavra do homem, eis o traço que deve caracterizar toda a ação evangelizadora. Pode-se dizer igualmente: agir de Deus no agir dos homens. Porque a palavra de acordo com a antropologia bíblica é ação e a ação, palavra. Tudo fala na vida do homem. Tudo diz um sentido ou se constitui como um contra-senso. E as ações falam, tantas vezes, mais alto do que as palavras. Por outro lado a palavra não pode deixar de construir ou de destruir. Há palavras que matam.

1.2. O testemunho de Deus no testemunho de Jesus

Pode haver uma linguagem teórica, puramente formal. Quando o homem a utiliza não pretende comunicar nada de si. Não é este tipo de linguagem que Deus pode usar se Ele decide revelar-se aos homens. Deus não pode falar de si, através de idéias ou conceitos que fossem totalmente exteriores ao seu ser. Só pode fazê-lo na linguagem auto-implicativa do testemunho. Só pode mostrar-se como o Amor, no mesmo ato de comunicação do Amor que constitui o seu ser.

O olhar penetrante de João compreendeu isto ao conceber a revelação de Deus em Jesus Cristo, e conseqüentemente a evangelização, em termos de "testemunho" (3). Ao tomar emprestado da linguagem comum este termo, o evangelista faz estourar os limites de sua significação no uso profano, como acontece com tantos outros termos utilizados pelos autores do N. T. para expres-

sar a singularidade do anúncio do mistério cristão (4).

Deus, radicalmente inacessível (Jo 1,18) se torna visível em Jesus, que é a encarnação da sua Palavra (Jo 1, 14), "resplendor de sua glória e figura do seu ser" (Heb 1,3). Em Jesus, Deus dá testemunho de si mesmo, do Amor que, permanecendo o abismo sem fundo e sem margens do ser divino, se manifesta como um amor envolvido na aventura humana, que se expõe, na fragilidade de um amor humano, a todas as violentações do amor na história dos homens.

Não é a partir de quaisquer conceitos ou doutrinas, recebidos por vias esotéricas, que o evangelista pode dizer que Deus é amor. Esta afirmação nasce da contemplação da vida de Jesus.

1.3. O testemunho de Jesus no testemunho eclesial

Se o amor de Jesus pode testemunhar o amor do Pai é porque ele está no Pai e o Pai nele (Jo 17,21), porque ele e o Pai são um (Jo 10,30). O testemunho dos cristãos pode tornar presente entre os homens o testemunho que Jesus deu do Pai na medida em que pelo poder do Espírito eles sejam um com Jesus (Jo 17,23). Somente assim o mundo poderá saber que Jesus é o enviado do Pai (Jo 17,23).

Mostra-se aí a originalidade do testemunho cristão. Ele é mais do que uma confirmação, com uma vida santa ou até com a entrega da própria vida, dos eventos salvíficos proclamados com a palavra. Se fosse

apenas isso, a confirmação permaneceria exterior ao anúncio e não poderia levar além de uma certeza moral, puramente humana, da sinceridade da testemunha. Mas a certeza da fé deve ter seu fundamento em Deus, no encontro com a Palavra viva de Deus. No testemunho cristão, torna-se presente, pelo poder do Espírito, o testemunho de Deus.

A figura neotestamentária do testemunho nos permite concebê-lo não apenas como um elemento de evangelização, acrescentado ao anúncio

do Evangelho, mas como a **totalidade da vida cristã**, que, animada pelo Espírito, pode ser reconhecida como um **viver em Cristo** e que, por isso mesmo pode tornar-se, toda ela, Evangelho, anúncio divino da salvação, testemunho que o mesmo Deus dá de si mesmo, agindo na história dos homens, através dos homens. Testemunho de Deus, que se revela como o **Amor capaz de restaurar a justiça na terra**, presente no testemunho humano de uma vida consagrada pelo poder de Deus, à causa da justiça que nasce do amor.

2. JESUS, A TESTEMUNHA FIEL E VERAZ

Para evangelizar a Igreja deve tornar presente entre os homens, com toda a sua vida, o testemunho de Jesus. Se é verdade que isto não pode ser feito sem a força do Espírito, também não o será sem a constante referência ao testemunho histórico de Jesus. É aí que a Igreja deve procurar constantemente a norma e a inspiração do seu falar e do seu agir.

Isto levanta uma nova problemática teológica, que, embora implicitamente esteja respondida nas reflexões precedentes, merece um tratamento explícito: pode um evento datado no tempo, a vida de Jesus de Nazaré, ser a norma perene e a fonte permanente do evento sempre novo da Palavra divina na história?

2.1. Dupla transcendência do evento Jesus de Nazaré

Em Jo 14,26 se afirma: “O Espírito Santo ensinar-vos-á tudo quan-

to eu vos disse”. Esta lembrança é mais do que mera rememoração literal das palavras de Jesus. É **interpretação significativa** da vida toda de Jesus. Mensagem divina sempre renovada em referência à imprevisível novidade da história, Evangelho da salvação. No capítulo 16, vv. 12-15, João se refere a este anúncio do Espírito com o verbo **anangéllō**, da mesma raiz que **euangélion**. Trata-se de um anúncio profético que desvela o sentido da boa nova de Jesus, face às situações que o decorrer da história irá apresentando para a existência cristã. Alguns exegetas traduzem o verbo por **interpretar**, para mostrar o enraizamento perene do **anúncio** eclesial — que pela ação do Espírito se torna palavra divina — no evento que funda toda palavra evangelizadora, Jesus de Nazaré. Eis o texto: “Quando ele vier, o Espírito da verdade, ir-vos-á guiando na verdade toda, porque ele não falará em seu próprio nome, mas

comunicará o que tiver ouvido e vos interpretará o que for acontecendo. Ele me glorificará, porque tomará do que é meu e vo-lo interpretará. Tudo o que o Pai tem é meu, por isso digo que tomará do que é meu e vo-lo interpretará”.

O texto manifesta uma dupla transcendência do evento histórico — enquanto tal, limitado pela história — da Palavra em Jesus de Nazaré. **A transcendência para a origem sem origem da Palavra: o Pai. A transcendência para o futuro:** a sua permanência reveladora para além do tempo da encarnação da Palavra. Por ser na história a Palavra de Deus que transcende a história, Jesus se revela como o *lógos* da história, o seu sentido radical. Por ser a Palavra pronunciada na história por Deus, pelo poder do seu Espírito, que é também o Espírito de Jesus, dado à comunidade, o evento histórico Jesus de Nazaré pode ser reconhecido na fé como Palavra viva, sempre pronunciada de novo por Deus, face as condições concretas de cada situação histórica, no testemunho da Igreja.

A consciência desta dupla transferência do evento histórico Jesus de Nazaré é de capital importância para a compreensão da missão evangelizadora da Igreja. O evento atual da Palavra de Deus é muito mais do que a simples rememoração da figura histórica de Jesus, tal como ficou cristalizada nos escritos bíblicos.

2.2. O esquecimento desta dupla transcendência

A figura bíblica de Jesus ficaria confinada nos limites estreitos de um tempo histórico e de um espaço geográfico, condicionada por uma cultura, se a sua “tradição” tivesse sido confiada apenas a um livro e não à ação soberanamente livre do Espírito, configurando a vida de uma comunidade.

Sem o horizonte do Mistério trinitário é impossível compreender a evangelização como Palavra de Deus que, dita definitivamente na história em Jesus de Nazaré, não fica no entanto acorrentada às circunstâncias de um tempo histórico, ou à letra de umas escrituras, mesmo sabendo que esse tempo e essas Escrituras são “normativos” para a audição da Palavra.

O esquecimento da relação “singular” da vida de Jesus com o Pai (que se dá pela virtude do Espírito) reduziria o testemunho de Jesus à simples exemplaridade de uma vida voltada para os pequenos e os oprimidos, capaz de inspirar a incessante procura humana do sentido e da justiça, mas não poderia ser contemplado como o Sentido da história, capaz de fundamentar a certeza absoluta da possibilidade de uma terra de justiça.

O esquecimento do Espírito dará lugar fatalmente a uma leitura “conservadora” do evento Jesus de Nazaré, a uma leitura fundamentalista da Bíblia, à obsessão pela fidelidade à letra das formulações doutrinárias, sem abertura para a novidade

da história. Em suma: reduzirá a Palavra viva à letra morta.

Em direção oposta, todo culto do Espírito que ignore sua **permanente conexão com o evento histórico Jesus de Nazaré** terá como resultado

uma espiritualidade evasiva e alienante, caindo facilmente no entusiasmo anárquico e sem palavras, incapaz de dizer o sentido da história e de comprometer-se com as tarefas históricas do Reino.

3. O TESTEMUNHO DE JESUS: A JUSTIÇA DE DEUS NA TERRA DOS HOMENS

Fora do horizonte da revelação do Mistério trinitário, a prática evangelizadora perde sua força libertadora, seu poder de instaurar a justiça, numa terra injusta. É evidente que o verdadeiramente determinante aqui não são as especulações sobre a Trindade, mas **as práticas da fé**. O decisivo é levar a sério, a encarnação da Palavra na história e o seu poder de “recriar” a história através da ação do Espírito, fonte da verdadeira liberdade. A ortodoxia é importante na medida em que ela está a serviço da ortopraxis (5).

Tendo diante dos olhos este horizonte, podemos voltar-nos para a figura do testemunho de Jesus, sabendo que é o ponto de referência imprescindível para a configuração do testemunho eclesial que constitui a evangelização.

3.1. Revelação de Deus e restauração da justiça

Se há alguma coisa incontestável na Revelação (embora tantas vezes tenha sido esquecido) é que Deus se **revela** como o Amor, na **presença atuante** do Amor divino na história, para a salvação da história.

Se o nome de Deus quer ser mais do que uma invocação convencional nos lábios do homem, ele deve ser a tradução da experiência humana do Sentido radical da totalidade da existência humana no mundo. Sem isso a experiência “religiosa” não será verdadeira experiência de Deus. Um Deus que seja resposta apenas a certas realidades da existência — o enigma da vida para além do tumulto, por exemplo, ou o temor e o fascínio perante determinadas forças misteriosas que configuram um mundo sacral ao lado de um mundo profano — não passa de um deus “regional”, um ídolo criado pela fantasia do homem (6).

Afirmar um Sentido último para a história não é fácil, quando não se fecha os olhos às contradições da história, ao sofrimento injusto e absurdo de milhares de inocentes. Nem adianta fugir para um Deus da natureza. Porque a natureza não é o que os delírios oníricos do romantismo gostariam de fazer-nos acreditar. Ela mostra-se implacável e cruel em tantas ocasiões. Se é preciso buscar um sentido ao caminhar evolutivo da natureza, resultado da interação de leis cegas e inflexíveis com uma não desprezível dose do acaso, ele

só poderá ser encontrado no horizonte de uma aventura comum da humanidade que tenha por finalidade colocar a natureza a serviço do homem. Em definitivo, o Sentido deve ser procurado na história, nessa história marcada pela injustiça, pela opressão do pobre e do indefeso, à mercê do mais forte.

Nessa história, Deus só pode revelar-se como o Amor, na medida em que se mostra capaz de fazer justiça. Um Deus, afirmado como o Amor absoluto, que deixasse a história, impunemente, nas mãos dos poderes da opressão, não poderia ser experimentado como o Sentido da aventura humana. Também não o seria um Deus concebido apenas como o restaurador da justiça numa outra vida, após a morte. A história ficaria sem sentido, se fosse apenas o estádio de uma "prova" em função de uma existência futura que seria a única verdadeira. E seu Deus, um ídolo monstruoso e sem entranhas que para dar ao homem essa existência, precisasse exigir o preço de uma história trágica, banhada no sangue dos inocentes, sem consistência em si mesma.

Seria igualmente um ídolo, um sonho infantil, um Deus que viesse restabelecer a justiça na terra de maneira mágica, à maneira dos contos de fadas ou à moda dos messianismos apocalípticos. Para que a história tenha um sentido, a justiça, sendo dom de Deus, deve ser justiça inter-humana.

Em Jesus Cristo, Deus se revela como o Sentido da história no mesmo ato da restauração do Sentido, violado pelo homem. A revelação

de Deus em Jesus Cristo é identicamente a redenção divina do mundo por Jesus Cristo, para falar na linguagem da mais legítima tradição eclesial. Deus se revela como o Amor, num mundo dominado pela injustiça, **fazendo a justiça**, mas de tal forma que o agir divino se manifesta como o fundamento transcendente do amor humano. A justiça será totalmente obra de Deus e totalmente obra do homem, de Jesus em primeiro lugar e, por Jesus, de todos os homens, na comunhão do Espírito.

3.2. O rosto do justo oferecido ao ultraje

Porque a ação de Deus para a restauração da justiça numa terra violenta não pretende arrancar a história das mãos do homem, ela só pode manifestar-se na forma da vulnerabilidade do amor exposto à violência do poder. A tentação constante de Israel foi imaginar a salvação como intervenção poderosa de Deus que destruiria os inimigos. Em Jesus se manifesta que o poder divino para a salvação da história, é **o poder do Amor agindo no homem e pelo homem** e assim atingindo o último reduto da injustiça, o próprio coração do homem encastelado no seu egoísmo.

Por isso **o ato supremo da revelação de Deus**, que é o ato supremo da restauração divina da justiça, é **a cruz de Cristo**. Aí, paradoxalmente, no supremo silêncio da Palavra, abafada pelas vozes altaneiras de todos os mercenários da justiça, Deus se revela como a inconcebível paixão do Amor infinito, que faz nas-

cer na terra os autênticos caminhos da justiça humana. Aí aparece em toda sua radicalidade o que foi toda a vida de Jesus: uma vida humana, totalmente guiada pelo Espírito de Deus; a realização mais plena do ser humano, como ser para os demais porque subsiste pela Palavra divina, desde a eternidade voltada para o Pai. “No início era a Palavra, e a Palavra estava voltada para Deus e a Palavra era Deus” (7). Aí se revela que a vida humana não pode sucumbir aos poderes da injustiça, capazes até de dar morte ao justo, quando essa vida está totalmente consagrada à justiça que tem sua fonte em Deus. Porque a morte do inocente se revela como a face terrena do nascimento para a plenitude da vida.

Eis o grande escândalo do evangelho — a boa nova da restauração divina da justiça na terra. A justiça só pode ser dada por Deus ao homem como **o dom de um Caminho**. E este caminho não pode ser outro que o da vulnerabilidade do rosto de um pobre, de um inocente, oferecido ao ultraje e à injúria. Porque a justiça, como projeto global da história humana, só pode nascer em liberdade.

Vale a pena recordar aqui algumas afirmações do filósofo E. Levinas, a respeito do homem: “A humanidade do homem, a subjetividade, é uma responsabilidade pelos

outros, uma vulnerabilidade extrema”. “A abertura é o desnudar-se da pele oferecida à ferida e ao ultraje. A abertura é a vulnerabilidade de uma pele oferecida, no ultraje e na ferida, para além de tudo o que se pode mostrar, para além do que da essência do ser pode se expor à compreensão e à celebração”. “A vulnerabilidade é a obsessão pelo outro ou aproximação do outro. . . Sofrer pelo outro, é tê-lo aos seus cuidados, suportá-lo, estar no seu lugar, consumir-se por ele” (8).

Levinas não está referindo-se aqui a Jesus Cristo. A sua religião judaica não lho permitiria. Fala do homem, a partir de uma fenomenologia da existência, atenta ao dramático caminhar da justiça na história (basta evocar a trágica experiência dos judeus na última guerra mundial) e certamente, inspirando-se na Bíblia (Is 42, 1-4; 49, 1-6; 50, 4-9; 52, 13-53,12). A fé cristã não pode deixar de reconhecer nessa descrição da existência humana, da sua mais profunda essência, o rosto de Jesus.

O ser para os outros de Jesus, numa terra injusta, não pode aparecer senão como a vulnerabilidade de uma pele oferecida ao ultraje e à ferida, para que o rosto maltratado e desfigurado de tantos irmãos oprimidos possa ser transfigurado. Para que o possa ser também o rosto deformante do opressor. Para que a justiça possa caminhar na história.

4. O TESTEMUNHO ECLESIAL DA JUSTIÇA DE DEUS NA TERRA DOS HOMENS

A morte-ressurreição de Jesus é o evento escatológico da justiça de

Deus na terra dos homens. Num homem, em Jesus de Nazaré, a histó-

ria alcança de forma radical o seu sentido e por isso mesmo a total abertura à revelação divina. Nasce, desse evento, a Igreja, a comunidade vivificada pelo Espírito de Jesus. Nasce um caminho novo para o serviço da restauração divina da justiça na terra, configurado de acordo com a vida daquele que se revelou como o Caminho para Deus e, por isso mesmo, como o Caminho da justiça inter-humana.

4.1. Tríplice estrutura do testemunho eclesial da justiça

É fácil compreender agora, por que a evangelização, devendo ser na sua totalidade anúncio de Jesus Cristo, deve ser também na sua totalidade testemunho da justiça.

A Igreja só pode anunciar a Palavra de Deus, na medida em que acolhe a Palavra. Acolher a Palavra é, segundo o testemunho do N.T., seguir Jesus, conformar a própria vida com a vida de Jesus, praticar a justiça, ser para os outros pelo poder do Espírito, tornar-se vulnerável pela paixão do irmão, especialmente do pobre e do oprimido. A Igreja só pode anunciar aquilo que ela vive e tenta viver, nessa tensão contínua entre a plenitude do dom que lhe foi dado — a nova vida “em Cristo” — e a sua resposta cotidiana a esse dom, que é também tarefa, sempre parcial e precária (Rom 6, 1-14).

Seguir Jesus nunca pode significar, para a Igreja, substituir-se a ele, mas colocar-se em contínua referên-

cia a ele, aos pés dele, como Maria, a pecadora. Só assim poderá ela dar testemunho da justiça, na referência penitente ao Justo injustiçado (também pela Igreja). Mas confessar a própria injustiça só é possível, quando não se pactua com nenhuma forma de injustiça, mesmo com aquelas que ameaçam envolver a própria vida.

A prática evangelizadora da Igreja, embora só possa nascer de uma vida totalmente consagrada à restauração da justiça na terra, deve transcender a própria vida da Igreja (sempre deficiente na realização concreta de sua consagração) numa contínua referência ao único evento escatológico da justiça na história, a vida do único homem que pode dizer: “Quem me vê, vê o Pai” (Jo 14,9), que significa dizer também: “quem me vê, vê a justiça de Deus, na terra dos homens”.

Por isso, o testemunho da Igreja deve tomar a tríplice forma de: 1) a **palavra profética**, que se constitui como tal pela sua referência significativa, face às diversas situações históricas, ao evento Jesus de Nazaré (aqui estariam incluídas todas as formas da pastoral da palavra ou da catequese); 2) o **serviço** ao processo da restauração divina da justiça na terra, através de uma vida voltada para a libertação do homem, de todas as formas de opressão; 3) os **gestos sacramentais** em que o testemunho da Igreja, enquanto presença do testemunho divino de restauração da justiça, deveria atingir o máximo grau de significatividade e de eficácia libertadora (1 Cor 11, 17-34).

4.2. Referência da tríplice forma do testemunho eclesial ao testemunho de Jesus

Por isso mesmo também, estas três formas do testemunho cristão devem estar referidas ao evento Jesus de Nazaré. Configurar-se de acordo com o testemunho de Jesus.

Esta configuração não pode ser concebida de maneira ingênua. Não se trata de copiar ou de repetir os gestos e as palavras de Jesus. A história nunca se repete. Trata-se de responder às exigências de cada momento histórico, a partir de uma vida guiada pelo Espírito de Jesus.

Um aspecto concreto do testemunho pode servir para mostrar a complexidade do seguimento de Cristo. O caminhar do processo divino de restauração da justiça exige do cristão sua participação decidida nos projetos humanos de libertação temporal e, mais concretamente, sua **atuação política**. O cristão entra na arena política com a sua atitude evangélica de total entrega ao próximo, até a vulnerabilidade extrema de um rosto que se oferece à injúria, como o mais radical apelo à exigência ética de justiça, que como projeto global da história só pode nascer da liberdade, que é dom do Espírito. Mas ele sabe também que o caminhar da liberdade na história — como o caminhar da justiça — é progressivo e que a política é ciência, técnica e tática do possível dentro de determinada conjuntura histórica, embora em tensão constante para uma meta utópica. Os jogos de pressões, de influências de grupos, a coação da lei e do direito, são armas

inevitáveis da política numa terra em que o Reino de Deus não é uma realidade plena.

Como conjugar o testemunho evangélico de um rosto exposto à injúria, para que possa caminhar a justiça divina na terra, e o realismo de uma política que não seja alienante e evasiva? Não existem fórmulas nem caminhos traçados de antemão. Somente a ação do Espírito no coração dos cristãos, verdadeiramente comprometidos com os oprimidos e atentos às complexas leis da política, da economia, da cultura e aos seus ocultos mecanismos, é que poderá encontrar soluções criativas e eficientes para o concreto caminhar da justiça. Porque se ela é dada aos homens como dom do alto, é-lhes dada como o **dom de uma liberdade para a história**.

4.3. Unidade indivisível do testemunho

Os três aspectos do testemunho cristão (palavra, luta pela justiça e celebração sacramental) implicam-se mutuamente. A configuração da palavra da Igreja e o seu poder profético, assim como a forma de suas celebrações sacramentais e sua eficácia libertadora dependerão da configuração do seu engajamento no processo da libertação da história e vice-versa.

Esses três aspectos da evangelização constituem **um único testemunho**: o testemunho de uma vida totalmente dedicada, com as suas palavras, os seus atos, os seus gestos simbólicos, ao Reino de Deus. Tudo na Igreja é anúncio de Jesus Cristo,

o evento escatológico da justiça, tudo é sacramento da libertação divina da história, tudo é serviço à causa da justiça. Presença atuante, no testemunho humano, do testemunho de Deus que se revela como o **Amor que faz nascer a justiça**, no mesmo processo histórico de restauração da justiça na terra.

As comunidades cristãs (e de maneira especial as comunidades religiosas) encontrarão sua **identidade evangélica**, na medida em que forem capazes de encontrar, sem dualismos dilacerantes, a unidade indivisível de uma vida que deve ser, toda ela, testemunho do Evangelho.

Então a palavra que anuncia Jesus Cristo não correrá o risco de tornar-se um som vazio e estéril. O gesto litúrgico, de maneira especial

a eucaristia, não será um gesto a mais, acrescentado à palavra profética e à prática da justiça, mas o momento de maior plenitude do único testemunho da justiça, constituído por toda a vida. O momento em que a vida se faz celebração, a luta, festa, e o rosto oferecido à injúria, alegria da páscoa libertadora, na consciência mais sentida da inserção da totalidade da vida (palavra, luta e gesto) no evento escatológico da justiça: a morte e ressurreição do Senhor.

Nesse momento de plenitude, o futuro da total realização da história é antecipado "sacramentalmente". A **utopia** da terra da justiça encontra **um lugar** na história e, por isso, Deus pode revelar-se aos homens como o Sentido da história.

NOTAS

(1) **Evangelii Nuntiandi**, n. 14. (2) Ver minha obra, **Conhecimento de Deus e Evangelização**. Estudo teológico-pastoral em face da prática evangelizadora na América Latina, Ed. Loyola, São Paulo 1977, pp. 26-48. O leitor encontrará nela abundante bibliografia sobre este e outros assuntos tratados neste artigo. Isto nos dispensa de multiplicar as referências bibliográficas. (3) Esta categoria parece-nos a mais apropriada para designar o conjunto da atividade evangelizadora da Igreja. Na **Evangelii Nuntiandi** fala-se do **testemunho da vida** como um dos componentes da evangelização. É uma acepção mais restrita do termo. Preferimos seguir o uso de João, que permite atingir, com maior profundidade, o enraizamento da ação evangelizadora da Igreja na autocomunicação divina na história. Cfr. R. LATOURELLE, **Évangélisation et Témoigna-**

ge, em M. DHAVAMONY (ed.) **Evangelisation**, Roma 1975, pp. 77-110. (4) Assim, por exemplo, os termos **kérygma**, **didaché**, **katechêin**. A significação imediata dos termos (procedente do seu uso profano) levou não poucas vezes a reduzir perigosamente o seu conteúdo, que deve ser procurado na figura global da evangelização apresentada pelo N.T. antes do que na etimologia. Cfr. G. PALÁCIO, **Entre dois Síndos, Evangelização e Catequese**, *Convergência* 10 (1977), 407-425 e o meu artigo **Catequese e tradição da fé**, *Síntese* 4/11 (1977) 3-15. (5) Quando esta referência se perde, o zelo pela ortodoxia pode tornar-se uma forma sutil do desejo de dominação. (6) A idolatria é nos países latino-americanos, mais do que o ateísmo, um dos mais graves problemas para a evangelização. A invocação do nome de Deus, nestas circunstâncias, pode perder sua força libertadora e converter-se em instrumento de opres-

são. Daí a importância de uma correta catequese sobre Deus, o Deus que se revela em Jesus Cristo, para o processo da libertação do homem. (7) A tradução da preposição grega **prós** por **voltado para**, que nos parece a mais exata, mostra a relação da Palavra com o Pai, que configura a relação filial de Jesus, tal como aparece ao longo das páginas do quarto evangelho. O modo de falar de João pode ser inspirador **para** a catequese. Ele corresponde ao modo de falar de Jesus, seguido, de maneira geral, no N.T. O Deus de Israel (em grego: *ho theós*) é o Pai de Jesus Cristo, designado freqüentemente com o título de Filho de Deus, a Palavra feita carne. O título **ho theós** não é dado a Jesus. Diz-se que a Palavra é Deus (**theós** sem artigo), isto é, predica-se dela a identidade de "natureza" com o Pai. Poder-se-ia traduzir a frase: "A Palavra estava voltada para Deus (o Pai) e a Palavra era de condição divina". Pensamos que este modo de falar evi-

taria muitas das confusões que a catequese trinitária cria nos ouvintes. Deus usado como sujeito designaria sempre diretamente o Pai (que, evidentemente não pode ser separado de sua Palavra e do seu Espírito) e indiretamente a totalidade do mistério divino. Usado a modo de predicado indicaria o caráter divino do Filho e do Espírito. Igualmente o título "o Filho", como no N.T., deveria designar sempre a Palavra **feita carne**, Jesus Cristo. Esta terminologia é a mais fiel ao dado da revelação do Mistério divino na história, sem pretender desvelar o Mistério. E é a partir da revelação de Deus que a catequese pode falar sobre Deus. As especulações teológicas sobre a Trindade "imaneente" tem a função de salvaguardar **a verdade da autocomunicação** de Deus na história e não a de substituir a linguagem da Revelação, como aconteceu tantas vezes na catequese. E. LEVINAS, **Humanisme del'autre homme**, Montpellier 1972, pp. 97, 92, 93.

FILHAS DE SANT'ANA

Meus pensamentos não são os vossos. Vosso modo de agir não são os meus. Tanto quanto o céu domina a terra, tanto é superior à vossa, a minha conduta e meus pensamentos ultrapassam os vossos, Isaías, 55,8-9.

Ir. Savéria de Araújo Dantas

Rio de Janeiro, RJ

A Fundadora é **Rosa Gattorno**, nascida em Gênova, Itália, a 14 de outubro de 1831. Seus pais foram Francesco Gattorno e Adelaide Campanella. Rosa cresceu como uma verdadeira rosa entre seus três irmãos. Como nem sempre nos é dado descobrir a vontade de Deus a nosso respeito, Rosa, embora não sentisse grande atração para a vida conjugal, resolveu unir-se em matrimônio com Gerolamo Custo. A 5 de novembro de 1852 foram celebradas as suas núpcias. A 9 de março de 1858 enviuvou, ficando com três filhos. O mais novo morreu logo após. Em sua tão aguda dor, volta-se totalmente para Deus, encontrando na caridade aos irmãos sofredores, o seu maior lenitivo. Foi quando sentiu forte apelo do Senhor para servi-lo mais de perto.

Entre o amor de Deus e o amor da família, não conseguiu uma decisão pessoal. A 3 de janeiro de 1866 recorre a Pio IX certa de que ele iria reconhecer suas graves obrigações de mãe e de filha, pois morava novamente com seus pais, agora avançados em anos. Não pensou assim o Sumo Pontífice e, após um diálogo em que Rosa debulhada em lágrimas mal conseguia se explicar, ele disse: "Se não fizer o que Deus está lhe pedindo, terá remorso por toda a vida e nunca terá paz". Imediatamente, vencendo a si mesma, ela disse: "Santidade, quero fazer a vontade de Deus". Pio IX, como que inspirado, disse: "Este Instituto se estenderá rapidamente como o vôo da pomba por todo o mundo". Assim nasceu a **Congregação das Filhas de Sant'Ana**.

Após lutas indescritíveis, conseguiu separar-se dos seus e ir para Piacenza com suas colaboradoras. A 8 de dezembro de 1866 as cinco primeiras Filhas de Sant'Ana receberam o hábito.

Atividades e expansão

Dedicavam-se principalmente ao atendimento de enfermos a domicílio indo depois para os hospitais. Em janeiro de 1867, o Cólera Morbus invadiu a Itália e Piacenza foi o centro de todas as dores. As 24 irmãs, ou seja, a Congregação quase toda, dedicou-se heroicamente ao atendimento das vítimas e dos órfãos que, conseqüentemente, surgiam, nascendo assim uma nova atividade: amparar e educar crianças e jovens.

Providencialmente a Madre Rosa Gattorno conheceu em Piacenza um lazarista, professor de Teologia no Colégio Alberone. Era o Pe. João Batista Tornatore, que muito auxiliou na formação espiritual do novo Instituto. Colaborou diretamente na compilação das regras que, depois de muitas lutas, foram aprovadas por Leão XIII, a 26 de julho de 1892, justamente no dia em que Madre Rosa Gattorno festejava suas Bodas de Prata de hábito religioso. A espiritualidade principal da Congregação é: pobreza de coração e doação materna. A **pobreza** expressa na disponibilidade e desapego de si mesma e das criaturas. A **doação** desinteressada, sem limites nem recompensas no serviço dos irmãos.

Em pouco tempo, existiam muitas Casas de diversos tipos por toda a Itália. Em 1879 partiam as primeiras missionárias, sendo seu primeiro campo de trabalho, a Bolívia. Em 1884 chegaram ao Brasil situando-se no Pará e Estados adjacentes. Em pouco tempo entraram pela Argentina, Chile e Peru. O continente africano as recebeu em 1885. Em 1891 foram para Nice, França. Em 1896, para Barcelona, Espanha. Em Séforis, na Palestina, também temos a honra de trabalhar.

Esta obra assistencial abrange: creches, berçários, orfanatos, abrigos, institutos para cegos, surdos-mudos, hospitais, assistência a enfermos a domicílio, manicômios, cárceres, leprosários e colégios. No Brasil temos três Províncias, abrangendo do Amazonas a São Paulo, com um total de 43 Casas e 420 irmãs. Em 1886, a Madre Fundadora inaugurou a nova Casa Geral em Roma, Via Merulana, 177, onde se encontra até agora. Ali a 6 de maio de 1900 ela entregou sua bela alma ao Senhor. Aberto o processo de beatificação, caminha em franco andamento.

O acontecimento de maior relevo para a Congregação em nossos dias é, sem dúvida, a celebração do **XVI Capítulo Geral** a realizar-se em Roma a partir de 1º de dezembro de 1978. Desde maio de 1978, a Congregação se prepara e se dispõe a receber as luzes necessárias do Divino Paráclito para a continuação daquilo que a Madre Fundadora costumava chamar: **A OBRA DE DEUS**.

LIVROS NOVOS

PECADO, O QUE É? Frei Ambrosius Karl Ruf, OP. Tradução do original alemão **Suende, was ist das?** de Leo Nicolau Orth. Editora Vozes, Petrópolis, RJ. Ano 1978. Página 98.

A noção de pecado é hoje um programa capital tanto para a teologia como para a práxis da vida de fé. As concepções tradicionais, neste campo, se chocam visivelmente contra a crítica. Após um período de superacentuação do pecado, parece que agora há de se seguir um tempo caracterizado por uma banalização da noção de pecado. Pecado é um conceito central da Revelação, a ser continuamente redescoberto e refletido, considerando-se o horizonte da compreensão do homem em sua vida concreta.

A teologia tem procurado este caminho em todos os tempos. Todavia, muitas de suas respostas às suas interrogações acerca do pecado são problemáticas para nós. Não obstante, é necessário conhecer tais respostas e compreendê-las a partir de suas raízes, para que consigamos encontrar a melhor resposta para nós hoje. Esta obra tenta formular o mal-estar da Idéia tradicional de pecado. Depois aponta os fundamentos bíblicos e as características essenciais da evolução progressiva que encontramos na teologia do pecado. Finalmente propõe aqueles princípios que se encon-

tram na moderna teologia e os quais deveria conhecer todo aquele que busca atingir uma nova compreensão do pecado.

A SIGNIFICAÇÃO POLÍTICA E TEOLÓGICA DA MORTE DE JESUS, Benedito Ferraro. Editora Vozes, Petrópolis, RJ. Ano 1977. Páginas 252.

A morte de Jesus foi sempre um dos objetos centrais da Teologia. Hoje, devido à problemática do mundo atual, com suas mudanças rápidas e profundas, que modificam as estruturas tradicionais e exigem uma nova compreensão do mundo, realidade esta bem analisada pela Teologia Política e pela Teologia da Libertação, o teólogo encontra-se diante de uma nova dimensão deste acontecimento histórico da salvação. A morte de Jesus não é analisada e interpretada pura e simplesmente no contexto de um passivismo determinista e como uma simples contemplação de um **herói morto por nós**, mas ela nos é apresentada com todo o seu valor solidário, libertador e revolucionário de uma entrega consciente e livre e por amor.

A atitude de liberdade e de autoridade de Jesus diante da Lei e das Tradições de seu povo e, especialmente, sua atitude concreta em relação aos

marginalizados de sua época, que causaram sua rejeição e sua condenação pelos representantes religiosos e civis do povo, manifestam-nos o verdadeiro sentido de sua morte como a consequência lógica de sua missão e de sua mensagem.

O anúncio de um Jesus real e verdadeiramente engajado em seu meio e com seu povo, aceito por Deus e pela Ressurreição, e não o anúncio de um **mito** ou de um **super-homem**, assim como a apresentação de sua mensagem solidária e libertadora, que o conduziu à morte por ser conseqüente com ela, oferecem ao Povo de Deus e a todos quantos lutam e trabalham pela sua construção e promoção o verdadeiro sentido da libertação integral, tal como ela foi anunciada e proclamada por Jesus e em Jesus.

“Não se trata de um trabalho de exegese, nem mesmo de teologia bíblica, tal como a concebemos. Aproxima-se mais do gênero de um estudo de Teologia Sistemática, apesar de utilizar quase que exclusivamente textos bíblicos”. “O trabalho visa a existência cristã hoje, considerada no contexto sócio-político, onde se encontra engajado o cristão e, de maneira toda especial, no contexto de instabilidade política da América Latina, onde o pensamento cristão quer e deve enfrentar os problemas da libertação”.

RELIGIÕES DA HUMANIDADE, Pe. Waldomiro Otávio Piazza, SJ. Edições Loyola, São Paulo, SP. Ano 1977. Páginas 376.

Interessa hoje a todos o estudo das Religiões da Humanidade como fenômeno da cultura universal. Deste ponto de

vista ninguém que se julgue culto pode querer ser considerado como um indiferente religioso. O fato de todos os povos e civilizações cultuarem os seus próprios deuses e exercerem as suas práticas religiosas, é um fato que interessa não só do ponto de vista histórico, mas também dos pontos de vista psicológico, sociológico, antropológico. Por que o fenômeno religioso é universal? Que de comum e positivo apresentam as mais variadas religiões da humanidade? Existe no homem uma exigência interior que o torna conaturalmente religioso?

É por responder a estas perguntas fundamentais que um livro, como este, que fornece uma série de informações que ajudam a obter estas respostas, se torna interessante. A simples leitura do índice geral obriga psicologicamente o leitor a fazer-se a si mesmo uma promessa: quando tiver um tempo, eu tenho de ler este livro. O autor agrupou as religiões em quatro grandes sistemas, conforme o seu significado mais profundo e hoje universalmente aceito: Religiões de integração, de servidão, de libertação, de salvação. Mais de trinta grupos religiosos são apresentados neste estudo, fornecendo de cada religião os dados mais característicos e situando cada uma no tempo e no espaço.

Certas correntes religiosas da atualidade não são estudadas aqui, porque não apresentam um significado específico apreciável e não adquiriram uma projeção digna de nota na cultura humana. São em geral movimentos sincretistas que vivem à sombra das grandes religiões históricas sem conseguir uma face própria. Sempre que possível há uma reflexão sobre a ideologia ou mensagem de cada religião, não de ma-

neira polêmica mas positiva. O fenômeno religioso, como eminentemente humano, merece uma reflexão interessada, mesmo quando as estruturas religiosas sejam passíveis de severos reparos.

O NÚCLEO DA VIDA RELIGIOSA, T. J. van Bavel. Tradução do original holandês **De Kern van het religieuze leven** do Pe. Geraldo Pennock, CSSR. Editora Vozes, Petrópolis, RJ. Ano 1978. Páginas 192.

Livro indicado às pessoas religiosas que sentem tão intensamente o aperto impiedoso de mudanças ameaçadoras à sua identidade, de tensões violentas em que se debate a própria vida, entre agonias da incerteza e esperanças de sobrevivência no futuro. A história da Vida Religiosa ensina que no passado sempre houve tensões e mudanças que incentivaram a busca incessante de novas formas no sentido de dar continuidade ao ideal da vida religiosa e à sua missão no mundo.

As atuais interrogações e discussões em torno da vida religiosa são motivadas pela mesma preocupação: discernir entre o seu aparato acessório, os elementos básicos e perenes, seu núcleo essencial, que possam garantir sua continuidade e vivência prática nos tempos atuais, na perspectiva do futuro. Sob este aspecto desenvolve-se a temática do livro através de análise equilibrada e reflexões inteligentes e profundas. O autor não pesquisa o passado pelo passado, mas consulta-o a fim de comparar idéias essenciais que orientem a busca de modelos novos de vida religiosa, válidos para o presente e abertos para o futuro.

REVELAÇÃO E EXPERIÊNCIA. A Fé entre a Razão e a Experiência. CONCILIUM/133. 1978/3. Editora Vozes, Petrópolis, RJ. Ano 1978. Páginas 136.

Os questionamentos teológicos expostos neste número de Concilium versam sobre o que poderíamos chamar de **antinomias** do Cristianismo dogmaticamente fixado e da Igreja como realidade institucionalizada. Estas antinomias teriam sido originadas pela gradativa desvirtualização da experiência viva e permanente do acontecimento da Revelação, através do processo de fixação das verdades reveladas, sua escolarização e transmissão tradicionalistas, tanto no Antigo — pela tradição judaica — quanto no Novo Testamento pela tradição, magistério e funções permanentes do ministérios da Igreja.

Este tipo de tradição dogmatizante e ministerial, que veio desenrolando-se após os acontecimentos originais da Revelação de Deus e da experiência evangélica, individual e coletiva, das primeiras gerações cristãs, teria provocado uma alienação cada vez mais profunda do Cristianismo e da Igreja, no contexto das realidades contingentes e sempre em mutação do mundo e da experiência vital. Desta forma, tanto a linguagem da verdade religiosa ensinada, quanto a força de persuasão do mistério celebrado foram perdendo sua capacidade de comunicação e força mordente na mentalidade e experiência do homem, situado num presente histórico diferente.

As questões debatidas pelos diversos autores apresentam diferentes enfoques teóricos e críticos em torno do assunto. Não deixam, porém, de ter uma relevante importância prática por oferecerem



**BOAS
FESTAS
DE
NATAL**

**FELIZ
1979**

**Natal, Noite de Luz
Desçam sobre nós
As bênçãos de Jesus**

PROFECIA CRISTÃ

O profeta é, antes de mais nada, um **homem de Deus**, com uma relação pessoal e íntima com o Pai. Deus o escolheu e seduziu. É um **mensageiro de Deus** para os homens, com uma missão especial para destinatários concretos. Desempenha uma **função mediadora**, de Deus ao homem e de intercessão do homem junto a Deus.

•

O profeta nunca pode canonizar um sistema político. Ele percebe a presença de injustiças em todo sistema, porque conhece a fundo a frágil condição do coração humano. Em todo sistema há necessidade de profecia. Tanto mais numa hora de transição social.

Leia à página 600

